

1 Contexto operacional

A Lojas Renner S.A. (a "Controladora") tem como atividade principal o comércio no varejo de artigos de vestuários, de artigos de esportes, de acessórios e perfumaria no mercado nacional. Complementam as atividades da Controladora e de suas controladas (em conjunto a "Companhia" ou "Consolidado"), o comércio varejista de utilidades domésticas, artigos de cama, mesa e banho, móveis e artigos para decoração, a importação de mercadorias, participação societária em outras sociedades, seja exercendo o controle ou participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital, como sócia quotista ou acionista, bem como a administração de bens próprios e a realização de empreendimentos diversos, isoladamente ou em conjunto com outras sociedades, a intermediação de serviços financeiros, tais como intermediação de empréstimos pessoais, financiamento de compras, seguros e títulos de capitalização, cartão bandeira, entre outras.

A Controladora é uma sociedade anônima com matriz em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, listada na Bolsa de Valores de São Paulo ("BM&FBovespa": LREN3).

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras compreendem:

- Demonstrações financeiras individuais da Controladora elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* ("BRGAAP" e "IFRS"), conforme descrito na nota explicativa nº 2.1; e
- Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia elaboradas e apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), conforme descrito na nota explicativa nº 2.2.

A preparação das demonstrações financeiras, tanto em *IFRS* quanto em BRGAAP, requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas (maiores detalhes vide nota explicativa nº 3.16).

Exceto em relação aos ativos adquiridos via combinação de negócios (nota explicativa nº 11) e por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, as demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (notas explicativas nº 3.4, 3.10 e 3.14).

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 11 de fevereiro de 2015.

2.1 Demonstrações financeiras individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações.

A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às demonstrações financeiras individuais não diferem do *IFRS* aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas (conforme deliberação CVM nº 733/14). Dessa forma, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.2 Demonstrações financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovadas pela CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações e também de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras – *International Financial Reporting Standards ("IFRS")* emitidos pelo *International Accounting Standards Board ("IASB")*.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis a seguir apresentadas são igualmente aplicáveis para as demonstrações financeiras da Controladora e do Consolidado. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente para todos os exercícios apresentados.

3.1 Apresentação dos segmentos operacionais

Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia.

O principal tomador de decisões, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das principais decisões estratégicas da Companhia.

3.2 Conversão de moeda

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Controladora e cada uma de suas controladas atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Controladora e de todas as suas controladas, e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas.

Atualmente, a Companhia possui as seguintes transações em moeda estrangeira: pedidos de importações de mercadorias, FINIMP (financiamento de importações), empréstimo em moeda estrangeira e derivativos.

3.3 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre as controladas.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

Venda de mercadorias - varejo

A Companhia opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de suas mercadorias. A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. As vendas são realizadas à vista, em dinheiro ou cartão de crédito, ou por financiamentos concedidos (nota explicativa nº 30).

Vendas de produtos e serviços financeiros

A Companhia realiza operações de crediário próprio e oferta de empréstimos pessoais e financiamento de vendas via convênios com instituições financeiras. O resultado das operações é apropriado ao resultado considerando a taxa efetiva de juros, ao longo da vigência dos contratos (nota explicativa nº 30).

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.4 Ativos financeiros não derivativos

A administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento, em uma das categorias a seguir, de acordo com sua natureza e finalidade: i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, que inclui os instrumentos classificados como "mantidos para negociação" ou "designados a valor justo no momento do reconhecimento inicial" ou ii) empréstimos e recebíveis. A mensuração subsequente de ativos financeiros é feita de acordo com sua classificação em uma das duas categorias.

A seguir, demonstramos o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos ativos financeiros da Companhia, assim como as categorias, de acordo com suas naturezas e finalidades:

Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista, as aplicações financeiras de curto prazo e liquidez imediata (cujo resgate pode ser realizado em um período inferior a 90 dias da data da aplicação, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estão sujeitos a risco de mudança relevante de valor) e o saldo de rendimentos de aplicações no Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC Lojas Renner (quota subordinada Controladora), registrados em montantes similares aos valores de mercado. No Consolidado, também está incluído o saldo das aplicações financeiras do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC Lojas Renner, o qual tem uso restrito para aquisições de recebíveis originados nas operações da Controladora.

Os equivalentes de caixa são classificados na categoria “empréstimos e recebíveis”, sendo mensurados, após o reconhecimento inicial, ao valor justo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços. Na prática, o valor justo e o custo amortizado se equivalem, considerando, por definição, as características dos equivalentes de caixa.

Quaisquer perdas ou ganhos são reconhecidos no resultado.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias, pela utilização do cartão bandeira na rede conveniada (Meu Cartão), bem como pelos valores de empréstimo pessoal cedido aos seus clientes por instituições financeiras. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são classificadas na categoria “empréstimos e recebíveis”, inicialmente reconhecidas pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável (nota explicativa nº 6).

A provisão para perdas ao valor de realização é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos. Em relação aos empréstimos pessoais e cartão bandeira, as provisões para perdas em créditos são constituídas com base na classificação de risco das operações, similar aos critérios de classificação das operações de crédito definidos pelo Banco Central do Brasil.

A Controladora realiza operações de securitização do contas a receber por intermédio do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Lojas Renner (“FIDC Lojas Renner”), conforme nota explicativa nº 7.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável (nota explicativa nº 6).

Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento financeiro e alocar a sua receita ou despesa de juros ao longo do exercício correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros projetados durante a vida estimada do instrumento financeiro, ou quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita ou despesa é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos financeiros que não são caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Baixa de ativos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Compensação de instrumentos financeiros

Quando há um direito legalmente aplicável de compensar ativos e passivos financeiros, estes são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial se houver uma intenção de liquidá-los numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

3.5 Ajuste a valor presente

As operações de compras e vendas a prazo pré-fixadas foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base em taxa estimada do custo de capital da Companhia, mais risco de crédito, no caso de clientes. A taxa de juros utilizada no cálculo do ajuste a valor presente das vendas a prazo foi de 1,85% a.m. (1,83% a.m. em 2013) e reflete, na avaliação da Administração, os custos e riscos específicos da sua carteira de recebíveis. A taxa de juros utilizada no cálculo do ajuste a valor presente das compras a prazo foi de 1,0% a.m. (1,0% a.m. em 2013).

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e estoques e sua reversão tem como contrapartida a conta de custo das vendas, pela fruição de prazo no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores nele registrados. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes (nota explicativa nº 6) e sua realização é registrada como receita de vendas pela fruição do prazo.

3.6 Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição deduzido de provisão para ajustá-los aos prováveis valores de realização, quando aplicável. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio líquido de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa liquidados e relacionados aos pedidos de compras de mercadorias importadas.

3.7 Imobilizado e intangível

São registrados ao custo de aquisição, formação ou instalação de lojas, deduzido de depreciação ou amortização acumulada. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens descritas na nota explicativa nº 11. A Companhia adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas conforme descrito na nota explicativa nº 3.8. A Companhia efetua periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

3.8 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

3.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando há uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e cujos valores possam ser estimados com segurança. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

3.10 Passivos financeiros não derivativos

Instrumentos de dívida são classificados de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições do passivo financeiro.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os saldos das contas de empréstimos e financiamentos, operações de serviços financeiros, arrendamento mercantil financeiro e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva e variações monetárias e cambiais e amortizações conforme previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços. Os saldos dessas contas são classificados na categoria “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”.

As taxas pagas ao estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do mesmo. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Contas a pagar de fornecedores

As contas a pagar de fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros (nota explicativa nº 17). Os fornecedores são classificados na categoria "outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado".

3.11 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente em cada uma das empresas da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos é apresentado líquido nas demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

3.12 Benefícios a administradores, executivos e colaboradores

A Companhia concede a seus administradores, executivos e colaboradores diversos benefícios usuais de mercado. A fim de melhor alinhar os interesses dos administradores, executivos e da equipe de colaboradores, a Companhia aprovou um plano de outorga de opções de compra de ações, visando o alinhamento de objetivos da companhia com os dos beneficiários, conforme a seguir descrito:

Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações

A Companhia aprovou um plano de opção de compra de ações para administradores e empregados, ofertando a eles a possibilidade de adquirir ações da companhia na forma e condições descritas no plano. O valor justo das opções outorgadas de compra de ações é calculado na data da respectiva outorga com base no modelo *Black&Scholes*. Este modelo utiliza premissas como o valor de mercado da ação na data da outorga, o preço de exercício da opção, a volatilidade do preço das ações da Companhia, a taxa de juros livre de risco e o prazo de vigência do contrato. A despesa é registrada em uma base "*pro rata temporis*", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção (*vesting period*).

Participação nos lucros e resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa cujas premissas principais para o reconhecimento do pagamento estão relacionadas ao atingimento de metas de vendas, resultado operacional, cartões ativados, entre outras.

3.13 Distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto da Companhia e a legislação societária preveem que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado sejam distribuídos como dividendos. Portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído, caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações intermediárias. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo Adicional Proposto". Quando deliberados pela Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do exercício.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado (nota explicativa nº 9.3).

3.14 Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e por suas controladas, resumem-se em: NDF ("Non-Deliverable Forward") e "swap". Os derivativos são reconhecidos ao seu valor justo na data em que são contratados e são posteriormente remensurados a valor justo no encerramento do exercício. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como: *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa).

A Companhia documenta, no início de cada operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos utilizados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação dos fluxos de caixa dos itens protegidos.

O passivo a valor justo dos instrumentos financeiros derivativos está divulgado na nota explicativa nº 24.6. As movimentações nos valores de *hedge* de fluxo de caixa estão apresentadas nas "Demonstrações dos resultados abrangentes". O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante.

Hedge de fluxo de caixa

A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa para se proteger contra o risco de variação cambial decorrente dos pedidos de importações ainda não pagos. Nessas operações são utilizadas compras a termo de moeda ("Non-Deliverable Forward").

A parcela efetiva da variação no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa, e não liquidada, é reconhecida no patrimônio líquido como "Ajustes de avaliação patrimonial". Esta parcela é realizada quando da eliminação do risco para o qual o derivativo foi contratado. Quando da liquidação dos instrumentos financeiros, os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos do patrimônio e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo. Os valores diferidos são, finalmente, reconhecidos no custo dos produtos vendidos, no caso dos estoques, ou na depreciação no caso de bens do ativo imobilizado.

Financiamentos das importações

A Companhia aplica a contabilidade de *fair value option* (passivo mensurado a valor justo por meio do resultado) nas suas operações de financiamento de importações (nota explicativa nº 16). Para proteção do risco cambial associado a estas operações, podem ser utilizadas compras de opções *call* de dólar e contratos de compra de dólar futuro do tipo *Non-Deliverable Forward* (NDF). O saldo de financiamentos das importações (FINIMP) é mensurado no reconhecimento inicial ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no custo.

As variações no valor justo dos derivativos de NDF ("Non-Deliverable Forward") designados e qualificados como valor justo por meio do resultado (*fair value option*), são registradas na demonstração do resultado como custo.

3.15 Operações com arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais (nota explicativa nº 34).

Os contratos de arrendamento mercantil de bens destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas são classificados como *leasing* financeiro sempre que os termos do contrato transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo regime de competência durante o período do arrendamento.

Para contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no balanço, pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, um ativo imobilizado/intangível e um passivo de financiamento, sendo os ativos submetidos à depreciação/amortização durante a vida útil econômica do ativo (notas explicativas nº 11 e nº 14) ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor.

As parcelas pagas do arrendamento mercantil financeiro são alocadas, parte no passivo e a parte referente aos encargos financeiros no resultado. As obrigações correspondentes são classificadas no passivo circulante e não circulante de acordo com o prazo do contrato.

3.16 Estimativas e premissas contábeis críticas

A Administração avalia como práticas contábeis críticas aquelas que são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e que, também, requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tem impacto sobre questões que são inerentemente incertas. Esses julgamentos tornam-se mais subjetivos e complexos à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso normal da operação, a demonstração de sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamento quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil de seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes.

As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas referem-se às provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativa nº 18), provisão para perdas em crédito (nota explicativa nº 6), determinação da taxa de desconto aplicada nos ajustes a valor presente (nota explicativa nº 6, nº 8 e nº 17), determinação do valor justo das opções de compra de ações (nota explicativa nº 28), determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 24), provisão para perdas em estoque (nota explicativa nº 8), estimativa de realização do imposto de renda diferido ativo (nota explicativa nº 9), determinação da vida útil do ativo imobilizado e intangível (nota explicativa nº 11), e avaliação de *impairment* de ativos intangíveis com vida útil indeterminada (nota explicativa nº 12).

A Companhia obteve enquadramento no Programa Pró-Emprego, do Estado de Santa Catarina, em contrapartida a investimentos realizados no seu centro de distribuição localizado no município de Palhoça. O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora a legislação que sustentou originalmente a concessão dos incentivos à Companhia já tenha sido revogada, o que praticamente elimina o risco de ser proferida decisão no STF sobre o Programa Pró-Emprego, a Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras.

3.17 Práticas contábeis aplicáveis somente às demonstrações financeiras consolidadas

Controladas e princípios de consolidação

Controladas são todas as entidades controladas direta e indiretamente pela Companhia. Considera-se existir controle quando a Lojas Renner detém, direta e indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou poder de determinar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, a fim de obter benefícios de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

As operações entre as controladas da Companhia, incluindo os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, quando aplicáveis, foram eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as práticas contábeis adotadas pela Controladora.

Conforme estabelecido pela instrução CVM nº 408/04, a Companhia consolida as demonstrações financeiras do FIDC Lojas Renner, uma vez que este representa uma entidade de propósito específico onde as atividades são conduzidas substancialmente em função das necessidades operacionais da Companhia, a qual está exposta à maioria dos riscos e benefícios relacionados ao fundo, através da titularidade de todas as quotas subordinadas.

No processo de consolidação do FIDC Lojas Renner foram feitas eliminações de ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre a Companhia e o Fundo.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2014 as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as seguintes empresas controladas:

Controladas diretas e indiretas	País sede	31/12/2014		31/12/2013	
		% Participação	% Participação	% Participação	% Participação
		direto	indireto	direto	indireto
Dromegon Participações Ltda. ("Dromegon")	Brasil	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. ("RACC")	Brasil	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Maxmix Comercial Ltda. ("Camicado")	Brasil	99,999%	0,001%	99,999%	0,001%
Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. ("Youcom")	Brasil	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%

3.18 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme os IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis que servem de base de preparação para as demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

4 Normas, alterações e interpretações de normas

Seguem as novas normas, alterações e interpretações de normas que foram emitidas e/ou revisadas pelo IASB e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o período iniciado em 01 de janeiro de 2014. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destas novas normas e interpretações.

4.1 Normas, interpretações e revisões de normas vigentes

- Alteração à IAS 32/CPC 39 – Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros (*Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities – Amendments to IAS 32*), emitido em dezembro de 2011. A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2014. A alteração desta norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

- Alteração à IAS 36/CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos (*Recoverable Amount Disclosures for Non-Financial Assets*), emitida a revisão em maio de 2013. A alteração desta norma requer a divulgação das taxas de desconto que foram utilizadas na avaliação atual e anterior do valor recuperável dos ativos, se o montante recuperável do ativo deteriorado for baseado em uma técnica de avaliação a valor presente baseada no valor justo menos custo da baixa. Esta alteração é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2014. A alteração desta norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

- Alteração à IAS 39/CPC 38 – Mudanças em derivativos e continuidade da contabilidade de hedge (*Novation of derivatives and continuation of hedge accounting*), emitida a revisão em junho de 2013. A alteração desta norma tem como objetivo esclarecer quando uma entidade é requerida a descontinuar um instrumento de hedge, em situação em que esse instrumento expirar, for vendido, terminado ou exercido. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2014. A alteração desta norma não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia, uma vez que a Companhia não possui nenhum derivativo que tenha sido submetido a novação.

- Alterações às IFRS 10/CPC 36 (R3), IFRS 12/CPC 45 e IAS 27/CPC 35 (R2) – Entidades de Investimento (*Investment Entities*), emitida a revisão em outubro de 2012. As alterações dessas normas definem entidade de investimento e introduzem uma exceção para consolidação de controladas por entidade de investimentos, estabelecendo o tratamento contábil nestes casos. Estas alterações na norma são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2014. As alterações desta norma não impactaram as Demonstrações Financeiras da Companhia, uma vez que a Companhia não é uma entidade de investimento (utilizando os critérios definidos pelo IFRS 10/CPC 36 (R3)).

- IFRIC 21 – Taxas (*levies*), emitido em maio de 2013. Essa interpretação aborda aspectos relacionados ao reconhecimento de um passivo de impostos quando esse tiver origem em requerimento do IAS 37 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Essa interpretação de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2014. A adoção desta interpretação não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

- Alteração à IAS 27/CPC 35, "Método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas", emitida agosto de 2014. Esta alteração da norma tem como objetivo permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2016, para fins de IFRS, mas a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovou através da Deliberação Nº 733/14 a sua adoção. A adoção desta alteração não impactou as Demonstrações Financeiras, uma vez que a Companhia já vem adotando esta prática contábil.

4.2 Normas, interpretações e revisões de normas não vigentes

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009, o IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda um novo modelo de perdas em crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 traz maior flexibilidade em relação às exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração usa para fins de gestão do risco. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os impactos da aplicação desta norma.

- IFRS 15, "Receitas de contratos com clientes", emitido em maio de 2014. Esta norma tem como objetivo estabelecer os princípios que uma Companhia deve aplicar para relatar informações correspondentes a natureza, quantidade, tempo e estimativas da receita e fluxos de caixa decorrentes de um contrato com cliente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2017. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma.

- Alterações à IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04, "Esclarecimento sobre métodos aceitáveis de depreciação e amortização", revisão emitida em maio de 2014. Esta alteração da norma tem como objetivo esclarecer sobre métodos de depreciação e amortização, observando o alinhamento ao conceito de benefícios econômicos futuros esperados pela utilização do ativo durante sua vida útil econômica. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades da Companhia só podem ser aplicadas em instituições financeiras de primeira linha, ou seja, aquelas com nota de *rating* classificadas com Grau de Investimento. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia mantinha suas aplicações financeiras com as seguintes instituições: Banco Bradesco S.A., HSBC Bank Brasil S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Banco do Brasil S.A., Banco do Nordeste S.A. e Banco Itaú BBA S.A., conforme tabela abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	83.862	56.849	92.261	64.436
CDB (a)	139.803	299.276	140.511	301.723
Operações compromissadas lastreadas em debêntures (b)	448.781	421.318	497.546	423.383
Fundo de renda fixa - FIDC (c)	-	-	98.818	-
Aplicações FIDC curto prazo (d)	33.526	-	-	-
Fundo de investimento – BACEN Jude (e)	92	114	92	114
CDB (f)	3.339	11.529	5.112	11.936
Total	709.403	789.086	834.340	801.592

(a) Certificados de Depósitos Bancários (CDB), cujo rendimento médio atrelado ao CDI foi de 100,35% na Controladora e no Consolidado (100,93% em 31 de dezembro de 2013 na Controladora e Consolidado).

(b) Operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de um título com o compromisso por parte do vendedor (banco) de recomprá-lo, e do comprador de revendê-lo no futuro, cujo rendimento médio atrelado ao CDI foi de 101,03% na Controladora e 100,94% no Consolidado (101,36% na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2013).

(c) As aplicações financeiras do FIDC Lojas Renner estão aplicadas no Fundo FI Referenciado DI TRF e tem por objetivo proporcionar aos seus quotistas rentabilidade que busque acompanhar as variações do CDI. O rendimento médio atrelado ao CDI foi equivalente a 99,58%.

(d) Saldo das aplicações da Controladora no FIDC Lojas Renner resgatáveis a qualquer momento, conforme regulamento do fundo descrito na nota explicativa nº 7.

(e) Fundo de investimento criado para as retenções judiciais feitas pelo BACEN, quando necessárias, apresentou rendimento anual médio de 59,91 % do CDI na Controladora e no Consolidado (48,29% na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2013) sendo lastreadas 100% em Letras Financeiras do Tesouro, líquido da taxa de administração.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (f) Certificados de Depósitos Bancários (CDB) relacionados a aplicações automáticas (Produto Aplic AUT Itaú), cujo rendimento médio é de 10% da variação do CDI (20% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2013).

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 23.1.1.

6 Contas a receber de clientes

Cartão de crédito Renner	31/12/2014	31/12/2013
A vencer		
Avencer de 1 a 30 dias	235.414	175.781
Avencer de 31 a 60 dias	256.898	225.465
Avencer de 61 a 90 dias	204.403	181.300
Avencer de 91 a 120 dias	151.756	136.431
Avencer de 121 a 150 dias	120.425	108.243
Avencer de 151 a 180 dias	61.051	66.052
Avencer acima de 180 dias	64.012	68.933
Vencidos		
Vencidos de 1 a 30 dias	54.135	46.605
Vencidos de 31 a 60 dias	21.249	19.742
Vencidos de 61 a 90 dias	17.206	15.479
Vencidos de 91 a 180 dias	51.818	44.915
	1.238.367	1.088.946
Menos:		
Ajuste a valor presente	(33.055)	(27.166)
Provisão para perdas em crédito – Varejo	(58.878)	(55.832)
Contas a receber – FIDC Lojas Renner	(543.705)	-
Rendas a apropriar – títulos cedidos – FIDC Lojas Renner	(57.835)	-
Posições com saldo credor	(371)	(933)
Total cartão de crédito Renner	544.523	1.005.015
Administradoras de cartões de terceiros		
Avencer de 1 a 30 dias	194.541	139.185
Avencer de 31 a 60 dias	84.601	77.337
Avencer acima de 60 dias	49.469	41.697
Ajuste a valor presente cartões de Terceiros	(18.975)	(14.444)
Total administradoras de cartões de terceiros	309.636	243.775
Empréstimo pessoal		
Comissões e operações a receber	38.885	36.228
Provisão para perdas em crédito – Empréstimo Pessoal	(27.189)	(22.889)
Total empréstimo pessoal	11.696	13.339
Valores a receber Cartão Bandeira	42.303	6.186
Outras contas a receber	231	55
Total Controladora	908.389	1.268.370
Valores a receber cartão bandeira - Camicado	248	76
Administradoras de cartões de terceiros - Camicado		
Avencer de 1 a 30 dias	17.938	14.616
Avencer de 31 a 60 dias	8.308	7.635
Avencer acima de 60 dias	11.709	10.875
Total administradoras de cartões de terceiros - Camicado	37.955	33.126
Empréstimo pessoal – RACC		
Comissões e operações a receber	130.000	106.220
Total empréstimo pessoal – RACC	130.000	106.220
Cartão bandeira – RACC		
Avencer	281.017	146.326
Vencidos	56.988	28.981
Provisão para perdas em crédito – Cartão bandeira	(11.926)	(6.170)
Total cartão bandeira – RACC	326.079	169.137
Outras contas a receber		
Contas a receber – FIDC Lojas Renner	543.705	-
Valores a repassar cartão bandeira coligadas	(42.551)	(6.262)
Outras	4.693	1.776
Total outras contas a receber	505.847	(4.486)
Total Consolidado	1.908.518	1.572.443

Provisão para Perdas Contas a Receber

As contas a receber vencidas há mais de 180 dias são baixadas do saldo do contas a receber de clientes em contrapartida da provisão para perdas em crédito, conforme demonstrado na tabela abaixo:

	Saldos em 01/01/2013	(-) Provisões/ (+) Reversões	Baixas	Saldos em 31/12/2013	(-) Provisões/ (+) Reversões	Baixas	Saldos em 31/12/2014
Provisão para perdas em crédito – Varejo	(52.071)	(151.661)	147.900	(55.832)	(181.171)	178.125	(58.878)
Provisão para perdas em crédito – Empréstimo Pessoal	(18.517)	(34.836)	30.464	(22.889)	(39.095)	34.795	(27.189)
Total Controladora	(70.588)	(186.497)	178.364	(78.721)	(220.266)	212.920	(86.067)
Provisão para perdas em crédito – Cartão Bandeira	(5.242)	(32.677)	31.749	(6.170)	(63.306)	57.550	(11.926)
Total Consolidado	(75.830)	(219.174)	210.113	(84.891)	(283.572)	270.470	(97.993)

O contas a receber de clientes é ajustado ao seu valor presente pela taxa de juros efetiva na data da transação (nota explicativa nº 3.5), e é reduzido por provisão para redução ao valor de recuperação (nota explicativa nº 3.4).

Os processos e políticas de crédito em todo ciclo, da iniciação à recuperação, proporcionam segurança na originação e gestão do crédito concedido, gerando baixos índices de perda. No Consolidado, a Companhia possui provisões para riscos de crédito para todos os clientes com créditos vencidos, de acordo com o histórico de perdas em cada faixa de atraso, no montante total de R\$ 97.993, que correspondem a aproximadamente 42,44% do montante total de créditos vencidos. A Companhia, com base no histórico de recuperação das carteiras, nos processos de crédito e cobrança e análise dos indicadores de inadimplência, entende que os restantes 57,56% para os quais não há provisão constituída, serão recebidos no curso normal das operações.

A exposição da Companhia ao risco de crédito está divulgada na nota explicativa nº 23.1.2.

Acordo de Parceria Comercial ("Acordo") - Meu Cartão

Na reunião do conselho de administração do dia 18 de novembro de 2014, foi aprovada a celebração de Acordo de Parceria Comercial ("Acordo") entre a Companhia e o Banco Indusval S.A. ("BI&P"), o qual, em síntese, tem por objeto estabelecer parceria comercial para que o BI&P possa explorar, em conjunto com a Companhia, as atividades de emissão, gestão, oferta e comercialização de cartões de crédito das bandeiras "Visa" ou "MasterCard" (cartão bandeira – Meu Cartão) junto à base de clientes da Companhia, por meio de suas lojas físicas; do canal internet e outros meios virtuais; e de qualquer outro canal de comercialização de produtos e serviços da Companhia ("Parceria").

De acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a partir de 2015, o BI&P passará a ser o responsável pela emissão e gestão dos cartões de crédito objeto da Parceria, atuando como instituição de pagamento emissora de instrumento pós-pago.

A Parceria terá prazo de duração de, no mínimo, 2 (dois) anos contados do início de suas atividades, o que ocorrerá na medida em que implementadas determinadas condições estabelecidas no acordo. Na data de encerramento destas demonstrações financeiras, tais condições ainda não haviam sido implementadas.

7 Fundo em Investimentos em Direitos Creditórios

Em maio de 2014, foram iniciadas as operações do FIDC Lojas Renner, cujo objeto definido em regulamento é o Investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução CMN nº 2.907/2001, pelas Instruções CVM nº 356/01 e nº 531/13, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com a finalidade específica de adquirir direitos creditórios originados do parcelamento de compras dos clientes da Companhia, por intermédio de crediário sem encargos, de titularidade da Companhia, ou de concessão de financiamentos com encargos, de titularidade do Banco Itaú S.A.. O FIDC Lojas Renner tem vida operacional definida, e o encerramento ocorrerá em 12 de maio de 2019.

A estrutura de patrimônio do FIDC Lojas Renner, em 31 de dezembro de 2014, é subdividida em: 16.800 mil quotas "sênior" de titularidade de terceiros, no montante de R\$ 426.754, representativas de 66,44% do patrimônio do FIDC Lojas Renner; e 7.279 mil quotas subordinadas de titularidade da Controladora, no montante de R\$ 215.526 (dos quais R\$ 33.526 são apresentados como caixa e equivalente de caixa e R\$ 182.000 apresentados como FIDC Lojas Renner do ativo não circulante).

O regulamento do FIDC Lojas Renner define que as quotas subordinadas devem representar no mínimo 30% do patrimônio líquido. Caso, esse percentual fique abaixo de 30%, as quotas subordinadas deverão ser integralizadas pela Lojas Renner S.A. imediatamente para que fique dentro da relação mínima. Em 31 de dezembro de 2014 as quotas subordinadas representam 33,56% do patrimônio líquido do FIDC Lojas Renner. As quotas subordinadas não possuem meta de remuneração.

A Controladora atua como agente de cobrança em caso de inadimplência dos Direitos de Crédito, mantendo o gerenciamento contínuo da carteira após sua transferência para o FIDC Lojas Renner.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As operações de securitização de direitos creditórios realizadas pela Controladora para o FIDC Lojas Renner (representados por vendas parceladas e financiamento de clientes inadimplentes) totalizam R\$ 543.705 em 31 de dezembro de 2014.

O saldo dos custos incorridos pela Controladora para a emissão do FIDC Lojas Renner totaliza R\$ 8.225 em 31 de dezembro de 2014, e será reconhecido no resultado (custo de serviços financeiros) ao longo do tempo de vigência do fundo, conforme a taxa interna de retorno (TIR) da captação do recurso. Nas demonstrações financeiras individuais, esse custo encontra-se apresentado no balanço patrimonial como despesas antecipadas e no Consolidado apresentado como redutor dos financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2014, o balanço patrimonial do FIDC Lojas Renner está assim composto:

	FIDC
	31/12/2014
Ativo	
Equivalentes de caixa	98.818
Contas a receber	543.705
Total do Ativo	642.523
Passivo	
Contas a pagar	243
Patrimônio Líquido	642.280
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	642.523

A meta de remuneração das quotas seniores é calculada com base na taxa CDI acrescida de *spread* de 1,08% a.a, conforme disposto no regulamento do Fundo. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo a resgatar é de R\$ 426.754.

O FIDC Lojas Renner foi consolidado nessas demonstrações financeiras, conforme detalhado na nota explicativa nº 3.17.

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Mercadorias para revenda	468.608	392.544	540.398	442.577
Ajuste a valor presente	(11.840)	(9.787)	(11.840)	(9.787)
Provisão para perdas	(31.263)	(14.379)	(32.219)	(15.240)
Mercadorias para revenda, líquida	425.505	368.378	496.339	417.550
Importações em andamento	108.658	79.131	112.514	83.769
Adiantamento a fornecedores	70	616	70	616
Materiais auxiliares e almoxarifado	2.392	4.122	3.377	5.055
Total	536.625	452.247	612.300	506.990

O custo das vendas de mercadorias reconhecido no resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 2.007.374 (R\$ 1.738.359 em 31 de dezembro de 2013) na Controladora e R\$ 2.143.141 (R\$ 1.850.807 em 31 de dezembro de 2013) no Consolidado.

A movimentação da provisão para perdas está demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01/01/2013	(10.984)	(12.615)
(+/-) (Provisão) reversão para perdas	(38.927)	(38.660)
(-) Perda efetiva	35.532	36.035
Saldo em 31/12/2013	(14.379)	(15.240)
(+/-) (Provisão) reversão para perdas	(54.012)	(57.158)
(-) Perda efetiva	37.128	40.179
Saldo em 31/12/2014	(31.263)	(32.219)

9 Imposto de renda e contribuição social e impostos a recuperar

9.1 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos no ativo não circulante são contabilizados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis aos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

A realização do valor contábil do ativo fiscal diferido é revisada anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão preliminar da Administração.

Abaixo demonstramos a movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

							Controladora
	Saldo em 01/01/2013	Reconhecido no Resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2013	Reconhecido no Resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2014
Imposto diferido - Ativo							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	24.000	2.765	-	26.765	2.498	-	29.263
Ajuste a valor presente	15.453	1.235	-	16.688	4.161	-	20.849
Provisão para riscos tributários	24.214	(15.124)	-	9.090	(701)	-	8.389
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	6.300	(391)	-	5.909	2.142	-	8.051
Provisão para perdas de estoque	3.735	1.154	-	4.889	5.740	-	10.629
Outras Provisões	8.526	(1.845)	-	6.681	6.627	-	13.308
Total	82.228	(12.206)	-	70.022	20.467	-	90.489
Imposto diferido - Passivo							
Ajustes avaliação patrimonial - hedge	371	-	(2.848)	(2.477)	-	(7.412)	(9.889)
Leasing financeiro	(2.341)	(901)	-	(3.242)	909	-	(2.333)
Outras provisões	-	-	-	-	(336)	-	(336)
Total	(1.970)	(901)	(2.848)	(5.719)	573	(7.412)	(12.558)
Total - Saldo líquido, impostos diferidos	80.258	(13.107)	(2.848)	64.303	21.040	(7.412)	77.931

								Consolidado
	Saldo em 01/01/2013	Reconhecido no Resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2013	Reconhecido no Resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Baixa de Imposto diferido	Saldo em 31/12/2014
Imposto diferido - Ativo								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	25.782	3.081	-	28.863	4.455	-	-	33.318
Ajuste a valor presente	15.453	1.235	-	16.688	4.161	-	-	20.849
Ágio na aquisição de participação societária	14.690	-	-	14.690	(6.795)	-	-	7.895
Provisão para riscos tributários	24.746	(14.945)	-	9.801	(463)	-	-	9.338
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	6.378	(430)	-	5.948	2.211	-	-	8.159
Provisão para perdas de estoque	4.289	893	-	5.182	5.772	-	-	10.954
Base negativa e prejuízo fiscal (i)	7.953	6.394	-	14.347	13.756	-	(11.929)	16.174
Outras Provisões	8.357	(1.793)	-	6.564	7.012	-	-	13.576
Total	107.648	(5.565)	-	102.083	30.109	-	(11.929)	120.263
Imposto diferido - Passivo								
Mais valia de ativos	(12.171)	738	-	(11.433)	474	-	-	(10.959)
Ajustes avaliação patrimonial - hedge	381	-	(2.863)	(2.482)	-	(7.460)	-	(9.942)
Leasing financeiro	(2.341)	(902)	-	(3.243)	909	-	-	(2.333)
Outros	-	-	-	-	(1.359)	-	-	(1.359)
Total	(14.131)	(164)	(2.863)	(17.158)	24	(7.460)	-	(24.593)
Total - Saldo líquido, impostos diferidos	93.517	(5.729)	(2.863)	84.925	30.133	(7.460)	(11.929)	95.670

- (i) Em novembro de 2014, a Administração da Companhia decidiu por aderir ao parcelamento previsto na Lei nº 13.043/14, a qual permitiu a utilização de prejuízos fiscais de controladas no montante de R\$ 11.929 (detalhes vide nota explicativa 18.1 item a.4).

9.2 Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Baseada no histórico de realizações dos ativos e passivos que deram origem ao saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, bem como nas projeções de resultados para os exercícios seguintes, estimamos o seguinte cronograma de realização:

Período	Controladora	Consolidado
2015	71.103	74.274
2016	1.707	3.036
2017	1.707	3.588
2018	1.707	4.527
2019 em diante	1.707	10.245
Total	77.931	95.670

9.3 Análise da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	703.061	587.292	708.175	582.714
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	(239.041)	(199.679)	(240.780)	(198.123)
(Adições) exclusões permanentes				
Despesa com plano de opções	(8.484)	(4.467)	(8.484)	(4.467)
Resultado de participações societárias	4.887	(1.443)	-	-
Participação dos administradores	(2.914)	(1.400)	(2.914)	(1.400)
Juros sobre capital próprio	24.501	19.685	24.501	19.685
Incentivos fiscais (PAT)	4.264	3.054	4.264	3.054
Parcelamento - Lei nº 13.043/2014 (i)	(20.315)	-	(20.315)	-
Redução Juros - Lei nº 11.941 Artº 4 - Parágrafo único (ii)	2.803	-	2.803	-
Incentivo de Inovação - Lei 11.196/2005	3.286	2.163	3.286	2.163
Diferenças de IR e CSLL de controladas	-	-	1.568	1.527
Outras (adições) exclusões	(651)	2.175	(731)	2.203
Imposto calculado sobre a parcela isenta do adicional de 10%	24	24	48	48
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(231.641)	(179.888)	(236.755)	(175.310)
Corrente	(252.681)	(166.781)	(266.888)	(169.581)
Diferido	21.040	(13.107)	30.133	(5.729)

- (i) Montante correspondente ao principal de IRPJ e CSLL de processo administrativo pago no âmbito do programa de parcelamento previsto na Lei nº 13.043/2014 (maiores detalhes nota explicativa nº 18.1 "a.4").
- (ii) Montante correspondente aos efeitos fiscais da não inclusão na base de cálculo do IRPJ e da CSLL da redução de juros obtida no pagamento de processos administrativos no âmbito do programa de parcelamento da Lei nº 13.043/2014 (previsão legal Lei nº 11.941 artº 4 – parágrafo único).

A Companhia realizou um diagnóstico das disposições contidas na MP 627, convertida na Lei 12.973/14. No estudo, foram avaliadas as disposições introduzidas, bem como avaliadas as providências para cada disposição à qual a Companhia estará sujeita. Importante destacar que as disposições contidas na Lei 12.973/14 são vigentes a partir de 2015, salvo no caso de opção antecipada. O diagnóstico e estudos realizados, foram submetidos à revisão junto a consultores externos, os quais confirmaram entendimento de que não haveriam benefícios com a adoção antecipada, de modo que a Companhia passará a atender os pressupostos da Lei somente em 2015, ano de sua vigência obrigatória.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.4 Incentivos fiscais

A Companhia usufruiu de R\$ 16.441 (R\$ 10.461 em 31 de dezembro de 2013) de incentivos fiscais de dedução do imposto de renda. A composição dos incentivos fiscais está demonstrada abaixo:

Descrição dos Incentivos	31/12/2014	31/12/2013
Lei Rouanet	3.975	3.054
Funcionária	1.000	730
Fundo do Idoso	1.000	730
Lei do Esporte	1.000	730
Pronas	850	-
Pronon	1.066	-
PAT	4.264	3.054
Incentivo de Inovação Lei nº 11.196/2005	3.286	2.163
Total	16.441	10.461

9.5 Composição dos impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda e contribuição social	9.858	30.859	10.501	31.553
PIS/COFINS	3.687	2.981	3.904	3.159
ICMS	37.101	27.662	53.637	33.039
Outros impostos a recuperar	296	1.094	596	1.169
Provisão para perdas	(511)	(546)	(511)	(546)
Ativo circulante	50.431	62.050	68.127	68.374
ICMS - Lei compl. nº 102	37.198	30.799	38.709	31.442
PIS/COFINS	1.275	138	1.275	139
Ativo não circulante	38.473	30.937	39.984	31.581

10 Investimentos

10.1 Movimentação dos investimentos em empresas controladas

	Renner Adm. Cartões de Crédito	Dromegon Participações	Fashion Business Comércio de Roupas (Youcom)	Maxmix Comercial (Camicado)	Ágio s/ mais valia de ativos	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2013	26.187	10.400	-	211.668	1.491	63	249.809
Resultado de equivalência	3.413	5.966	(3.490)	(10.133)	-	-	(4.244)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	30	-	-	30
Integralização/Aumento de capital	-	-	24.245	40.000	-	-	64.245
Dividendos	-	(5.945)	-	-	-	-	(5.945)
Realização do ágio s/ mais valia de ativos	-	-	-	-	(50)	-	(50)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	29.600	10.421	20.755	241.565	1.441	63	303.845
Resultado de equivalência	22.431	6.137	(10.560)	(3.634)	-	-	14.374
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	93	-	-	93
Integralização/Aumento de capital (i)	-	-	22.005	10.000	-	-	32.005
Dividendos	-	(6.043)	-	-	-	-	(6.043)
Realização do ágio s/ mais valia de ativos	-	-	-	-	(50)	-	(50)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	52.031	10.515	32.200	248.024	1.391	63	344.224

- (i) Em 2014, a Companhia integralizou capital nas suas controladas Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. ("Youcom") e Maxmix Comercial Ltda. ("Camicado"), respectivamente, no montante de R\$ 22.005 e R\$ 10.000 em espécie.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.2 Resumo das informações financeiras das controladas

O quadro abaixo apresenta um resumo das principais informações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2014:

	Em 31.12.2014				Em 31.12.2013			
	Renner Adm. Cartões de Crédito	Dromegon Participações	Fashion Business Comércio de Roupas (Youcom)	Maxmix Comercial (Camicado)	Renner Adm. Cartões de Crédito	Dromegon Participações	Fashion Business Comércio de Roupas (Youcom)	Maxmix Comercial (Camicado)
Circulante	551.220	1	12.488	157.959	319.320	1	6.394	99.035
Não Circulante	4.113	10.821	30.246	222.548	3.166	10.693	19.536	207.439
Ativo Total	555.333	10.822	42.734	380.507	322.486	10.694	25.930	306.474
Circulante	499.866	306	10.533	126.332	292.258	273	5.174	56.026
Não Circulante	3.431	-	-	6.149	625	-	-	8.881
Passivo Total	503.297	306	10.533	132.481	292.883	273	5.174	64.907
Patrimônio Líquido	52.036	10.516	32.201	248.026	29.603	10.421	20.756	241.567
Receita Líquida	154.914	7.168	19.821	233.411	78.493	6.932	4.649	192.783
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	22.433	6.138	(10.560)	(3.634)	3.414	5.965	(3.490)	(10.132)
Participação no capital total	99,99%	99,99%	99,99%	99,999%	99,99%	99,99%	99,99%	99,999%
Ações Ordinárias / Quantidade de quotas	7	9.562	46.250	278.545	7	9.562	24.245	278.545

10.3 Informações adicionais sobre as controladas

Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. – (RACC)

A Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (RACC) oferece serviços financeiros de empréstimo pessoal, mediante contrato de convênio para concessão de empréstimos junto a instituições financeiras, proporcionando aos clientes Renner condições para obtenção desse tipo de empréstimo. A RACC também opera com o cartão bandeira denominado Meu Cartão.

Dromegon Participações Ltda. – (Dromegon)

A Dromegon Participações Ltda. detém a propriedade de alguns dos imóveis utilizados nas operações comerciais da Companhia e suas receitas se limitam ao aluguel destes imóveis para a Lojas Renner.

Maxmix Comercial Ltda. – (Camicado)

A Maxmix Comercial Ltda. tem como atividade o varejo de utilidades domésticas, artigos de cama, mesa, banho e decoração.

Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. – (Youcom)

A Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. tem como objeto o comércio varejista especializado em artigos de vestuário e calçados, perfumaria, cosméticos, produtos de higiene, relógios e artigos de esportes.

11 Imobilizado e intangível

Síntese da movimentação do ativo imobilizado da Controladora e do Consolidado:

11.1 Imobilizado

	Controladora											
	Saldo em 01/01/13	Adições	Adições Arrend. Financeiro	Transf.	Transf.Integ. Fashion Business	Baixas	Saldo em 31/12/13	Adições	Adições Arrend. Financeiro	Transf.	Baixas	Saldo em 31/12/14
Custo												
Terrenos	287	-	-	-	-	-	287	-	-	-	-	287
Imóveis	31.000	-	-	-	-	-	31.000	-	-	-	-	31.000
Máq. Equip. Instal e Benfeitorias	1.117.619	121.185	-	146.493	(6.710)	(7.189)	1.371.398	82.246	-	185.857	(2.694)	1.636.807
Veículos	1.179	223	-	-	-	(274)	1.128	1.014	-	-	(256)	1.886
Computadores e Periféricos	98.217	11.314	929	3.548	(160)	(2.126)	111.722	12.700	507	5.704	(2.578)	128.055
Imobilizado em andamento	23.272	197.171	-	(150.041)	(517)	(11)	69.884	264.907	-	(191.561)	(144)	143.086
Total	1.271.574	329.893	929	-	(7.387)	(9.590)	1.585.419	360.867	507	-	(5.672)	1.941.121
Depreciação												
Imóveis	(258)	(620)	-	-	-	-	(878)	(620)	-	-	-	(1.498)
Máq. Equip. Instal e Benfeitorias	(402.463)	(105.511)	-	-	-	5.095	(502.879)	(130.230)	-	17	1.803	(631.289)
Veículos	(526)	(212)	-	-	-	240	(498)	(244)	-	-	175	(567)
Computadores e Periféricos	(57.198)	(13.236)	-	-	-	1.945	(68.489)	(14.819)	(437)	(17)	2.151	(81.611)
Total	(460.445)	(119.579)	-	-	-	7.280	(572.744)	(145.913)	(437)	-	4.129	(714.965)
Saldo Líquido												
Terrenos	287	-	-	-	-	-	287	-	-	-	-	287
Imóveis	30.742	(620)	-	-	-	-	30.122	(620)	-	-	-	29.502
Máq. Equip. Instal e Benfeitorias	715.156	15.674	-	146.493	(6.710)	(2.094)	868.519	(47.984)	-	185.874	(891)	1.005.518
Veículos	653	11	-	-	-	(34)	630	770	-	-	(81)	1.319
Computadores e Periféricos	41.019	(1.922)	929	3.548	(160)	(181)	43.233	(2.119)	70	5.687	(427)	46.444
Imobilizado em andamento	23.272	197.171	-	(150.041)	(517)	(11)	69.884	264.907	-	(191.561)	(144)	143.086
Total	811.129	210.314	929	-	(7.387)	(2.310)	1.012.675	214.954	70	-	(1.543)	1.226.156

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custo	Consolidado										
	Saldo em 01/01/13	Adições	Adições Arrend. Financeiro	Transf.	Baixas	Saldo em 31/12/13	Adições	Adições Arrend. Financeiro	Transf.	Baixas	Saldo em 31/12/14
Terrenos	287	-	-	-	-	287	-	-	-	-	287
Prédio	12.588	-	-	-	-	12.588	-	-	-	-	12.588
Imóveis	31.000	-	-	-	-	31.000	-	-	-	-	31.000
Máq. Equip. Instal e Benfeitorias	1.151.522	122.518	-	154.503	(7.624)	1.420.919	84.259	-	217.234	(4.754)	1.717.658
Veículos	1.247	223	-	-	(342)	1.128	1.015	-	-	(255)	1.888
Computadores e Periféricos	100.580	11.478	929	3.861	(2.126)	114.722	12.872	507	5.943	(2.578)	131.466
Imobilizado em andamento	25.379	208.768	-	(158.364)	(3)	75.780	297.843	-	(223.177)	(253)	150.193
Total	1.322.603	342.987	929	-	(10.095)	1.656.424	395.989	507	-	(7.840)	2.045.080
Depreciação											
Prédio	(5.093)	(257)	-	-	-	(5.350)	(257)	-	-	-	(5.607)
Imóveis	(258)	(620)	-	-	-	(878)	(620)	-	-	-	(1.498)
Máq. Equip. Instal e Benfeitorias	(412.110)	(109.268)	-	-	5.097	(516.281)	(136.320)	-	17	2.837	(649.747)
Veículos	(545)	(219)	-	-	266	(498)	(244)	-	-	175	(567)
Computadores e Periféricos	(58.393)	(13.621)	-	-	1.945	(70.069)	(15.224)	(437)	(17)	2.151	(83.596)
Total	(476.399)	(123.985)	-	-	7.308	(593.076)	(152.665)	(437)	-	5.163	(741.015)
Saldo Líquido											
Terrenos	287	-	-	-	-	287	-	-	-	-	287
Prédio	7.495	(257)	-	-	-	7.238	(257)	-	-	-	6.981
Imóveis	30.742	(620)	-	-	-	30.122	(620)	-	-	-	29.502
Máq. Equip. Instal e Benfeitorias	739.412	13.250	-	154.503	(2.527)	904.638	(52.061)	-	217.251	(1.917)	1.067.911
Veículos	702	4	-	-	(76)	630	771	-	-	(80)	1.321
Computadores e Periféricos	42.187	(2.143)	929	3.861	(181)	44.653	(2.352)	70	5.926	(427)	47.870
Imobilizado em andamento	25.379	208.768	-	(158.364)	(3)	75.780	297.843	-	(223.177)	(253)	150.193
Total	846.204	219.002	929	-	(2.787)	1.063.348	243.324	70	-	(2.677)	1.304.065

A tabela abaixo apresenta as taxas médias de depreciação do imobilizado ao ano:

	Controladora e Consolidado
Prédios	3%
Máq, Equip, instalações e benfeitorias	10%
Veículos	20%
Computadores e periféricos	20%

A Companhia efetuou testes de revisão anual do valor contábil dos seus ativos, e não identificou necessidade de *impairment*, bem como não possui ocorrência de reavaliação ou existência de ociosidade nos ativos imobilizados no exercício e não possui ativos retirados de uso e não classificados como mantidos para venda.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.2 Intangível

Controladora										
	Saldo em 01/01/13	Adições	Adições Arrend. Financeiro	Transf. Integr.Fashio n Business	Baixas	Saldo em 31/12/13	Adições	Adições Arrend. Financeiro	Baixas	Saldo em 31/12/14
Custo										
Sistemas de Informática	234.996	55.846	709	(7)	(84)	291.460	66.602	23.967	(93)	381.936
Direito de utilização de imóv eis	46.466	7.620	-	(6.610)	(153)	47.323	4.700	-	-	52.023
Marcas e Patentes	228	-	-	-	-	228	2.289	-	-	2.517
Total	281.690	63.466	709	(6.617)	(237)	339.011	73.591	23.967	(93)	436.476
Amortização										
Sistemas de Informática	(109.872)	(30.585)	(7.106)	-	63	(147.500)	(38.980)	(13.334)	61	(199.753)
Direito de utilização de imóv eis	(30.964)	(2.223)	-	-	151	(33.036)	(2.316)	-	-	(35.352)
Marcas e Patentes	(83)	-	-	-	-	(83)	-	-	-	(83)
Total	(140.919)	(32.808)	(7.106)	-	214	(180.619)	(41.296)	(13.334)	61	(235.188)
Saldo Líquido										
Sistemas de Informática	125.124	25.261	(6.397)	(7)	(21)	143.960	27.622	10.633	(32)	182.183
Direito de utilização de imóv eis	15.502	5.397	-	(6.610)	(2)	14.287	2.384	-	-	16.671
Marcas e Patentes	145	-	-	-	-	145	2.289	-	-	2.434
Total	140.771	30.658	(6.397)	(6.617)	(23)	158.392	32.295	10.633	(32)	201.288

Consolidado									
	Saldo em 01/01/13	Adições	Adições Arrend. Financeiro	Baixas	Saldo em 31/12/13	Adições	Adições Arrend. Financeiro	Baixas	Saldo em 31/12/14
Custo									
Sistemas de Informática	246.124	59.610	709	(84)	306.359	72.688	23.967	(93)	402.921
Direito de utilização de imóv eis	46.816	9.469	-	(153)	56.132	6.449	-	-	62.581
Marcas e Patentes	28.301	55	-	-	28.356	2.439	-	-	30.795
Intangív el Outros	3.500	-	-	-	3.500	-	-	-	3.500
Ágio Camicado	116.679	-	-	-	116.679	-	-	-	116.679
Total	441.420	69.134	709	(237)	511.026	81.576	23.967	(93)	616.476
Amortização									
Sistemas de Informática	(113.371)	(33.072)	(7.106)	63	(153.486)	(42.411)	(13.334)	61	(209.170)
Direito de utilização de imóv eis	(30.964)	(2.516)	-	151	(33.329)	(3.243)	-	-	(36.572)
Marcas e Patentes	(83)	-	-	-	(83)	-	-	-	(83)
Intangív el Outros	(1.167)	(758)	-	-	(1.925)	(642)	-	-	(2.567)
Total	(145.585)	(36.346)	(7.106)	214	(188.823)	(46.296)	(13.334)	61	(248.392)
Saldo Líquido									
Sistemas de Informática	132.753	26.538	(6.397)	(21)	152.873	30.277	10.633	(32)	193.751
Direito de utilização de imóv eis	15.852	6.953	-	(2)	22.803	3.206	-	-	26.009
Marcas e Patentes	28.218	55	-	-	28.273	2.439	-	-	30.712
Intangív el Outros	2.333	(758)	-	-	1.575	(642)	-	-	933
Ágio Camicado	116.679	-	-	-	116.679	-	-	-	116.679
Total	295.835	32.788	(6.397)	(23)	322.203	35.280	10.633	(32)	368.084

A tabela abaixo apresenta as taxas médias de amortização do intangível ao ano:

Controladora e Consolidado	
Sistemas de informática	20%
Direito de utilização de imóveis	10%

Os recursos adicionados ao ativo imobilizado e intangível correspondem, principalmente, a investimentos na abertura de lojas novas, reformas, estrutura de logística e tecnologia, em linha com o plano de expansão.

12 Teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio e intangíveis com vida útil indefinida

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ágio e a marca adquiridos por meio de combinações de negócios (maiores detalhes vide nota explicativa nº 11) foram alocados na unidade geradora de caixa Maxmix Comercial Ltda. ("Camicado").

O valor contábil do ágio e da marca alocados na unidade geradora de caixa da Camicado é de R\$ 144.741 (R\$ 144.741 em 31 de dezembro de 2013).

A Administração da Companhia realizou o teste de recuperabilidade (*impairment*) nesses ativos na data base de 31 de dezembro de 2014, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa nº 3.8. Para essa análise a Administração da Companhia considerou a Camicado como sendo uma Unidade Geradora de Caixa (UGC).

Para determinação do valor recuperável da Camicado, a Companhia utilizou projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de 10 anos considerando as seguintes premissas:

- (i) Receitas: projetada de 2015 a 2024 considerando crescimento histórico das vendas, e também, um incremento nas vendas através do plano de abertura de novas lojas.
- (ii) Custos e despesas: projetados no mesmo período das receitas de acordo com a dinâmica das lojas e buscando sinergia das despesas através da Controladora.
- (iii) Taxa de desconto: elaborada levando em consideração informações do setor de varejo, o qual a Camicado atua. A taxa de desconto utilizada foi de 12,6% a.a (12,6% a.a em 31 de dezembro de 2013).
- (iv) Taxa de Crescimento na Perpetuidade: a taxa de crescimento considerada foi de 5% a.a (5% a.a em 31 de dezembro de 2013), nível muito próximo às taxas de inflação apresentadas no Brasil.

A Companhia efetuou testes de revisão, com data base em 31 de dezembro de 2014, e concluiu que não há fatores que indiquem a necessidade de provisão de perdas por "impairment", dado que o valor recuperável excedeu o valor contábil. A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade nas taxas de desconto e de crescimento. Considerando um acréscimo e uma redução de 0,4% na taxa de desconto, o fluxo de caixa descontado resultaria em valores recuperáveis, que oscilariam negativa e positivamente, em R\$ 26.444 e R\$ 29.531 (R\$ 25.012 e R\$ 27.943 em 31 de dezembro de 2013). E considerando um acréscimo e uma redução de 0,5% na taxa de crescimento na perpetuidade, o fluxo de caixa descontado resultaria em valores recuperáveis, que oscilariam positiva e negativamente em R\$ 20.994 e R\$ 18.402 (R\$ 20.210 e R\$ 17.716 em 31 de dezembro de 2013).

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

13.1 Abertura dos saldos contábeis por modalidade

Modalidades	Moeda	Encargos anuais	Controladora		Consolidado	
			31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Banco do Nordeste	BRL	Nota nº 13.1 (a)	5.777	12.174	5.777	12.174
BNDES	BRL	Nota nº 13.1 (b)	40.123	-	40.123	-
Debêntures	BRL	Nota nº 13.2	1.068.376	1.048.129	1.068.376	1.048.129
Capital de giro - Loan 4131	USD	Nota nº 13.1 (c)	-	-	26.301	-
Outros	BRL	-	-	-	1.619	-
Total			1.114.276	1.060.303	1.142.196	1.060.303
Passivo circulante			182.326	44.614	210.246	44.614
Passivo não-circulante			931.950	1.015.689	931.950	1.015.689
Total			1.114.276	1.060.303	1.142.196	1.060.303

- (a) A Companhia firmou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste através do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) em 6 de novembro de 2014 para financiar a expansão de seu parque de lojas naquela região, no montante de R\$ 18.284 garantido por carta fiança. Em 2014, ocorreu a liberação da primeira parcela no valor total de R\$ 5.777. O financiamento possui prazo total de carência de dezoito meses. Durante o período de carência serão pagos juros trimestralmente e, durante o período de amortização, serão pagos mensalmente os valores de principal e juros. O encargo médio ponderado é de 8,2% a.a, sendo que em caso de adimplência no pagamento dos encargos, a Companhia receberá bônus de 15% sobre o valor dos encargos em cada parcela. O financiamento possui um prazo de amortização de 7 anos.
- (b) A Companhia firmou operação de financiamento da linha Prodesign do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) em 27 de outubro de 2014, por intermédio de instituição financeira credenciada, para financiamento do desenvolvimento da coleção 2014/2015, no montante de R\$ 65.426 a serem liberados em parcelas, mediante comprovação das despesas para posterior reembolso. Em 2014, houve liberação no valor total de R\$ 40.000 referente à gastos parciais já realizados. O financiamento possui prazo total de 3 anos e carência de 1 ano. Durante o período de carência serão pagos juros trimestralmente e, durante o período de amortização, serão pagos mensalmente os valores de principal e juros. A linha de financiamento tem 50% de seu custo em Selic + 2,5% a.a. e os 50% restantes em TJLP + 2,5% a.a.
- (c) A Companhia firmou três contratos de financiamento com o Banco Santander (Brasil) S/A Grand Cayman Branch em 11 e 24 de junho e 29 de agosto, respectivamente, nos montantes de US\$ 2.241, US\$ 4.500 e US\$ 3.126, totalizando US\$ 9.867, com data de liquidação fixada para os contratos firmados em junho e agosto, respectivamente, em junho de 2015 e março de 2015. Tais financiamentos se destinam ao capital de giro e aos investimentos do plano de expansão da Camicado. Os contratos também possuem swap, tendo como ponta ativa a variação cambial e juros de 1,78% a.a (custo médio ponderado) e como ponta passiva a variação do CDI, os quais foram contratados para eliminar o risco da variação cambial (nota explicativa nº 24.6.2).

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.2 Debêntures

Tipo de Emissão	Valor de emissão	Em circulação (quantidade)	Emissão	Vencimento	Encargos anuais %	Preço Unit. (em reais)	Circulante		Não Circulante	
							31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
4ª Emissão - 1ª série	215.100	21.510	15/07/2011	2015 - 2016	CDI + 1,1% a.a	10	119.680	10.042	107.550	215.100
4ª Emissão - 2ª série (*)	84.900	8.490	15/07/2011	2015 - 2017	IPCA + 7,8% a.a	10	38.197	3.500	68.870	96.953
5ª Emissão - 1ª série	220.000	22.000	15/06/2012	2016 - 2018	CDI + 0,97% a.a	10	1.148	900	220.000	220.000
5ª Emissão - 2ª série	80.000	8.000	15/06/2012	2017 - 2019	IPCA + 5,7% a.a	10	2.904	2.706	92.857	87.146
6ª Emissão - 1ª série	400.000	40.000	01/08/2013	2017 - 2018	CDI + 0,85% a.a	10	19.645	15.292	400.000	400.000
Custos de estruturação	-	-	-	-	-	-	(1.037)	-	(1.438)	(3.510)
Total							180.537	32.440	887.839	1.015.689

(*) Em fevereiro de 2014, a Lojas Renner S.A contratou swap de taxa de juros no qual ela recebe (ponta ativa) uma taxa de juros baseada no IPCA + 7,8% e paga (ponta passiva) uma taxa de juros de 116,25% do CDI. Esse swap foi contratado para mitigar o risco da taxa de juros da 2ª série da 4ª emissão das debêntures (vide nota explicativa nº 24.6.2).

As "covenants" contratuais estão demonstradas na nota explicativa nº 23.1.3.

13.3 Cronograma dos vencimentos

O cronograma de pagamento da parcela do longo prazo dos empréstimos, financiamentos e debêntures está demonstrado abaixo:

Período	Controladora Consolidado
2016	234.908
2017	357.429
2018	304.958
2019	31.765
2020 em diante	2.890
Total	931.950

14 Financiamentos – arrendamento mercantil

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia detinha compromissos decorrentes de contratos de arrendamento mercantil de sistemas de informática, com prazo de até 25 meses e taxa média ponderada de 12,41% a.a. (9,96% a.a. em 2013). As licenças poderão ser adquiridas ao final dos contratos por um valor residual garantido.

Em julho de 2012 a Companhia firmou um contrato de arrendamento mercantil de aluguel de imóvel (Sede Administrativa), com prazo de 50 anos corrigido com base na variação acumulada do INPC anual. Ao final do contrato é garantida a preferência em adquirir o imóvel mediante notificação.

Em 31 de dezembro de 2014, os passivos de arrendamento financeiro são devidos, como segue:

Pagamentos mínimos de arrendamento	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Menos de um ano	9.450	10.242
Mais de um ano e menos de cinco anos	28.730	9.631
Mais de cinco anos	145.263	138.903
	183.443	158.776
(-) Menos os encargos financeiros futuros	(129.453)	(120.426)
Valor presente dos pagamentos mínimos	53.990	38.350

Em 31 de dezembro de 2014 os saldos das rubricas de imobilizado e intangível, líquido de depreciação/amortização, consideram bens arrendados no valor de R\$ 60.465 (R\$ 50.381 em 31 de dezembro de 2013).

15 Financiamentos – operações serviços financeiros

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia mantinha financiamentos destinados a operação de serviços financeiros (produtos financeiros) com as seguintes instituições financeiras: Banco Santander (Brasil) S.A., Banco Alfa S.A., Banco Bradesco S.A. e Banco Itaú Unibanco S.A..

Passivo circulante

	Encargos mensais médios - %	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Financiamento – Vendas e Parcelamento Fatura (a)	5,9% a.m a 9,9% a.m	29.263	328.345	37.153	329.295
Financiamento – Empréstimo Pessoal (b)	10,43% a.m	-	-	127.434	102.200
Financiamento - Conta Garantida (c)	15,9% a.m a 17,7% a.m	8.663	5.635	112.848	58.887
Financiamento - Vendor (d)	17,7% a.m	54.414	116.678	54.414	116.678
Quotas Sênior – FIDC Lojas Renner (e)	-	-	-	6.754	-
Custos de estruturação FIDC Lojas Renner (g)		-	-	(1.884)	-
		92.340	450.658	336.719	607.060

Passivo não circulante

	Encargos mensais médios - %	Consolidado
		31/12/2014
Quotas Sênior – FIDC Lojas Renner (f)	CDI + 1,08% a.a	420.000
Custos de estruturação FIDC Lojas Renner (g)	-	(6.341)
Total		413.659

- (a) Os valores de "Financiamento – Venda e Parcelamento Fatura" referem-se aos montantes financiados aos clientes da Companhia por Instituições Financeiras, através de CDCI/Vendor, em compras realizadas na condição de pagamento entre sete e oito prestações mensais na Lojas Renner S.A., e em até doze prestações para compras nos estabelecimentos credenciados a Mastercard e Visa ("Meu Cartão"). A Companhia possui coobrigação de pagamento.
- (b) Os valores de "Financiamentos – Empréstimo Pessoal" correspondem aos montantes dos contratos de empréstimo pessoal, concedidos aos clientes por banco conveniado e intermediados pela controlada RACC. A Companhia é garantidora das operações.
- (c) Os valores de "Financiamento - Conta Garantida" são utilizados para o financiamento das carteiras de atraso, saque e refinanciamento do Meu Cartão, e também, para financiar a carteira em atraso dos produtos da loja virtual, divisão beleza e da Camicado.
- (d) Os valores de "Financiamento – Vendor" são financiamentos realizados através do Convênio para Concessão de Financiamentos – Vendor Eletrônico com o Itaú Unibanco, linha de crédito destinada ao financiamento dos clientes inadimplentes. A Companhia presta garantia ao Itaú Unibanco de referidas operações, assumindo como fiadora e principal pagadora das obrigações assumidas pelos clientes.
- (e) Representa a atualização da subscrição das quotas sênior do FIDC Lojas Renner, cujo resgate se dá em até 90 dias.
- (f) Representa o saldo das quotas sênior emitidas pelo FIDC Lojas Renner (nota explicativa nº 7), objeto de distribuição pública nos termos da instrução CVM nº 400/03, com prioridade de amortização e resgate em relação às quotas subordinadas. Este montante será liquidado por ocasião do encerramento do FIDC Loja Renner em maio de 2019.
- (g) Refere-se ao saldo dos custos incorridos na estruturação do FIDC Lojas Renner, que serão reconhecidos no resultado (custo de serviços financeiros) ao longo do tempo de vigência do fundo, conforme taxa interna de retorno (TIR) da captação do recurso.

16 Financiamentos das importações

A Companhia tem realizado financiamento de parte de suas importações (FINIMP) junto a instituições financeiras no Brasil (Banco Bradesco S.A. e Banco HSBC S.A.). As operações de FINIMP são denominadas em dólares norte americanos e euros, atualizados com juros médios "all in" de 2,06 % a.a. (1,4371% a.a. em 31 de dezembro de 2013), composto por taxa *Libor*, *spread* bancário e a retenção do imposto de renda. O prazo de vencimento dos juros e do principal é de até 270 dias. O saldo em 31 de dezembro de 2014 de financiamento das importações (FINIMP) é de R\$ 8.442 no Consolidado (R\$ 72.808 na Controladora e R\$ 76.732 no Consolidado em 31 de dezembro de 2013).

17 Fornecedores

Os fornecedores estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Fornecedores comerciais	405.269	320.634	461.838	348.304
Ajuste a valor presente	(2.548)	(2.315)	(2.548)	(2.315)
Fornecedores uso e consumo	90.860	117.057	102.190	125.395
Total	493.581	435.376	561.480	471.384

Em 31 de dezembro de 2014, o montante de pagamentos antecipados a fornecedores cujo vencimento original era posterior a 31 de dezembro de 2014 totalizou R\$ 231.361 (R\$ 175.615 em 31 de dezembro de 2013). Os descontos obtidos com estas antecipações são registrados como redução do custo das vendas, uma vez que estão diretamente relacionados com o contrato de fornecimento de mercadorias.

18 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo matéria tributária, trabalhista e cível.

A Administração, baseada em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. Para os processos tributários classificados como perda possível, a Companhia provisiona valores estimados de custas processuais e honorários advocatícios. O detalhamento dos valores provisionados em 31 de dezembro de 2014 está demonstrado abaixo:

18.1 Provisões

			Controladora		Consolidado	
			31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Tributárias						
ICMS - LC 102/2000	(a.1)		4.501	6.055	4.501	6.055
ICMS - fornecedores inidôneos	(a.2)		10.233	7.756	10.233	7.756
ICMS - devoluções	(a.3)		4.583	5.017	4.583	5.017
IRPJ/CSLL/ PIS/ Cofins	(a.4)		-	5.150	-	5.150
IRPJ/CSLL - Lei 11.196/2005	(a.5)		8.259	10.256	8.259	10.256
FAP/SAT	(a.6)		-	-	2.160	1.501
Outros	(a.7)		7.206	7.798	7.837	8.387
(-) Depósitos Judiciais	(a.8)		(9.154)	(10.349)	(11.314)	(11.850)
			25.628	31.683	26.259	32.272
Cíveis						
	(b)		14.859	13.145	14.974	13.175
Trabalhistas						
	(c)		8.822	4.235	9.024	4.318
TOTAL			49.309	49.063	50.257	49.765
Passivo Circulante			23.681	17.380	23.998	17.493
Passivo Não Circulante			25.628	31.683	26.259	32.272

Provisões tributárias

(a.1) ICMS – LC 102/2000 – Refere-se, principalmente, ao questionamento da aplicação da Lei Complementar 102/2000 no que tange ao crédito do ICMS no consumo de energia, telecomunicações e também ao crédito nas aquisições de ativo imobilizado. Os processos encontram-se em andamento e não há previsão de desembolso de recursos, haja visto depósito judicial das importâncias em discussão.

(a.2) ICMS – Fornecedores inidôneos – Refere-se a processos relacionados a suposto creditamento indevido de ICMS relacionado à aquisição de mercadorias junto a fornecedores considerados pela autoridade fazendária como inidôneos. Os processos estão em andamento e não há previsão de data para desembolso destes recursos.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a.3) ICMS – Devoluções - Refere-se a autos de infração decorrentes da glosa de créditos de ICMS em face do entendimento da SEFAZ/RJ de que as notas fiscais de devolução de mercadorias emitidas pela Companhia não atendiam as formalidades acessórias. Os processos estão em andamento e não há previsão de data para desembolso destes recursos.
- (a.4) IRPJ/ CSLL/ PIS/ COFINS – Refere-se a autos de infração dos períodos de 2006 a 2008 e 2009 a 2010, que atribuíram à Companhia, tributada pelo lucro real, resultados gerados na controlada Renner Administradora de Cartões de Crédito, tributada pelo lucro presumido, no montante total de R\$ 83.316, os quais foram impugnados tempestivamente e aguardavam julgamento de embargos de declaração no CARF e de impugnação na Delegacia Regional de Julgamento, respectivamente. A Companhia aderiu ao programa de parcelamento previsto na Lei 13.043/14, liquidando referidos processos, ao montante de R\$ 38.843 com as reduções previstas em lei, sendo R\$ 26.914 com recursos financeiros e R\$ 11.929 com créditos fiscais oriundos de prejuízos fiscais da Controlada Maxmix Comercial Ltda.. Considerando os impactos na apuração dos impostos e contribuições sobre o lucro, a liquidação referida gerou impacto negativo nos resultados de R\$ 27.308 e de R\$ 20.433 no caixa da Companhia.
- (a.5) IRPJ/CSLL - Lei 11.196/2005 – Refere-se ao valor do benefício apurado pela Companhia, mas ainda não confirmado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. A Companhia não tem previsão de data para desembolso destes recursos.
- (a.6) FAP/SAT –Refere-se ao Mandado de Segurança que questiona o aumento da alíquota do Seguro de Acidente do Trabalho (SAT), de 1% para 3%, e o Fator Acidentário de Prevenção (FAP). O saldo remanescente corresponde a valores que foram depositados em juízo.
- (a.7) Outras Provisões – Referem-se a diversos processos, abrangendo matérias como contribuições previdenciárias, aplicação de multa de ofício em pagamento espontâneo de débitos, obrigações acessórias, glosa de ajustes na base do lucro real, IRPJ e CSLL, entre outros, cujas perdas estão estimadas por nossos consultores jurídicos de acordo com os critérios utilizados para os demais itens, destacados nesta nota.
- (a.8) Foram efetuados depósitos judiciais para dar continuidade à discussão sobre processos de natureza tributária, os quais totalizam, em 31 de dezembro de 2014, R\$ 15.944 na Controladora e R\$ 18.147 no Consolidado (R\$ 17.126 e R\$ 18.743 em 31 de dezembro de 2013, respectivamente). Os saldos de depósitos ajuizados cujos processos possuem provisão para riscos tributários, no montante de R\$ 9.154 na Controladora e R\$ 11.314 no Consolidado, em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 10.349 e R\$ 11.850 em 31 de dezembro de 2013, respectivamente), estão sendo apresentados deduzindo o valor do passivo correspondente. Os demais saldos de depósitos judiciais, no montante de R\$ 6.790 na Controladora e R\$ 6.833 no Consolidado (R\$ 6.777 e R\$ 6.893 em 31 de dezembro de 2013, respectivamente), estão apresentados no ativo não circulante.

Classificação das provisões tributárias

Abaixo, segue a abertura da classificação das provisões tributárias de acordo com o risco de probabilidade de perda avaliado pela administração da Companhia e dos seus assessores legais em 31 de dezembro de 2014:

Principais Matérias	Controladora			Consolidado		
	Provável	Possível	Total	Provável	Possível	Total
ICMS - Lei Compl.102	4.354	147	4.501	4.354	147	4.501
ICMS - fornecedores inidôneos	-	10.233	10.233	-	10.233	10.233
ICMS - devoluções	101	4.482	4.583	101	4.482	4.583
IRPJ/CSLL - Lei 11.196/2005	-	8.259	8.259	-	8.259	8.259
FAP/SAT	-	-	-	-	2.160	2.160
Outras Provisões	-	7.206	7.206	161	7.676	7.837
Total	4.455	30.327	34.782	4.616	32.957	37.573

Provisões cíveis

- (b) A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais cíveis de natureza consumerista com objetos diversos. As provisões são revisadas periodicamente, considerando a evolução dos processos e o histórico de valores efetivamente liquidados.

Provisões trabalhistas

(c) A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais trabalhistas com objetos diversos. As provisões são revisadas periodicamente, considerando a evolução dos processos e o histórico de valores efetivamente liquidados.

18.2 Passivos contingentes**Passivos contingentes**

Os principais passivos contingentes estão relacionados com as matérias tributárias mencionadas no quadro acima "Classificação das provisões tributárias", para as quais a Administração entende que a probabilidade de desembolso seja individualmente pequena (processos de probabilidade de perda possível), porém pode ser provável que no conjunto dos processos desta mesma natureza ocorra a necessidade de desembolso nos montantes registrados, principalmente por conta de custas processuais e honorários advocatícios.

Outros passivos contingentes

A Companhia discute judicialmente em processo movido pelo Banco Renner, a associação da marca "Renner" na exploração de serviços financeiros, exceto aqueles relacionados ao Cartão de Crédito "Renner", serviços de suporte a ele relacionados e seguro. O processo encontra-se em disputa judicial e é avaliado como de perda provável no que tange ao uso da marca e como remoto no que diz respeito a eventuais indenizações, sendo que em ambas as hipóteses não há contingência financeira determinada nos autos, bem como não há estimativa quanto a desembolso.

18.3 Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, em 31 de dezembro de 2014, está demonstrada abaixo:

Natureza	Controladora					Consolidado				
	Saldos em 01/01/2014	(+/-) Adições Reversões	(+) Encargos	(-) Baixas	Saldos em 31/12/2014	Saldos em 01/01/2014	(+/-) Adições Reversões	(+) Encargos	(-) Baixas	Saldos em 31/12/2014
Cíveis	13.145	1.714	-	-	14.859	13.175	1.799	-	-	14.974
Trabalhistas	4.235	4.587	-	-	8.822	4.318	4.706	-	-	9.024
Tributárias	42.032	(3.478)	1.857	(5.629)	34.782	44.122	(2.679)	1.867	(5.737)	37.573
(-) Depósitos judiciais	(10.349)	(411)	-	1.606	(9.154)	(11.850)	(1.070)	-	1.606	(11.314)
Total	49.063	2.412	1.857	(4.023)	49.309	49.765	2.756	1.867	(4.131)	50.257

19 Outras obrigações

As outras obrigações do passivo circulante e não circulante estão assim compostas:

Passivo circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Adiantamentos de Instituições Financeiras (a)	1.587	50.368	5.074	55.871
Obrigações com clientes (b)	15.892	12.661	28.410	18.101
Obrigações relacionadas às operações com seguros e títulos de capitalização (c)	14.333	11.570	14.454	12.128
Obrigações aos ex-controladores Camicado (d)	-	-	3.762	3.597
Outras obrigações (e)	54.522	21.507	15.484	9.558
Total de outras obrigações – passivo circulante	86.334	96.106	67.184	99.255

Passivo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Adiantamentos de Instituições Financeiras (a)	396	1.981	3.781	2.406
Obrigações relacionadas às operações com seguros (c)	-	1.172	-	1.172
Obrigações com ex-controladores Camicado (d)	-	-	3.101	6.554
Total de outras obrigações – passivo não circulante	396	3.153	6.882	10.132

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Referem-se basicamente às antecipações de receitas com a intermediação de serviços financeiros, relacionados às operações de vendas financiadas e cartão bandeira.
- (b) Referem-se aos saldos a favor dos clientes, cujos créditos poderão ser utilizados como pagamento em compras na Companhia e mercadorias compradas em listas de noivas, mas ainda não entregues.
- (c) Adiantamentos relacionados às operações de seguros referentes a contrato de exclusividade, prêmios de seguro pagos pelos clientes para repasse para a empresa seguradora e aos títulos de capitalização.
- (d) Saldo a pagar aos ex-controladores da Maxmix Comercial Ltda.
- (e) Referem-se aos saldos a pagar correspondentes a aquisição de créditos de ICMS, fretes, *royalties*, empréstimo consignado em folha de pagamento, derivativos, entre outros.

20 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda e contribuição social	78.679	67.337	79.735	68.793
ICMS a recolher	134.635	106.743	139.846	108.717
Encargos sociais	16.267	13.808	17.353	14.802
PIS/COFINS	74.443	56.763	79.591	60.217
Outros tributos	20.218	15.128	21.410	17.171
Total passivo circulante	324.242	259.779	337.935	269.700
Outros tributos	-	-	300	432
Total passivo não circulante	-	-	300	432

21 Patrimônio Líquido

21.1 Capital social

O limite do capital autorizado da Companhia é de 225.000.000 (duzentos e vinte e cinco milhões) de ações ordinárias, todas sem valor nominal. Dentro dos limites autorizados no estatuto, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

O capital social integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2014, é de R\$ 750.853 (R\$ 719.735 em 31 de dezembro de 2013), representado por 127.394.565 (cento e vinte e sete milhões, trezentos e noventa e quatro mil e quinhentos e sessenta e cinco) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. De acordo com o art. 42 do Estatuto Social da Companhia, qualquer pessoa ou Grupo de Acionistas que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia (Acionista Comprador) em quantidade igual ou superior a 20% do total de ações emitidas deverá, no prazo máximo de 60 dias a contar da data de aquisição, realizar uma Oferta Pública (OPA) para aquisição da totalidade das ações, observando disposições da regulamentação da CVM, dos regulamentos da BM&FBovespa e do Estatuto Social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2014, nenhum acionista detém, individualmente, participação acionária igual ou superior a 20%.

Demonstração da evolução do capital social

	Quant. de ações	Valor
Saldo em 1º de janeiro de 2013	124.170.065	461.595
Aumento de capital, RCA de 23.01, 18.04, 15.05 e 19.11	1.724.800	32.878
Aumento de capital por destinação de reserva, AGO 18.04	-	225.262
Saldo em 31 de dezembro de 2013	125.894.865	719.735
Aumento de capital, RCA de 20.05, 22.08 e 18.11	1.499.700	31.118
Saldo em 31 de dezembro de 2014	127.394.565	750.853

A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, bem como o direito a participar da destinação dos lucros, na forma de dividendos, propostos em conformidade com o Estatuto Social da Companhia e de acordo com os artigos 190 e 202 da Lei 6.404/76, que estabelecem um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

21.2 Reservas de capital

Reservas de ágio

Referem-se ao ágio originado de incorporação reversa da JC Penney Brasil Investimentos Ltda. (R\$ 106.660) e da empresa JC Penney Brasil Comercial Ltda. (R\$ 11.505), ocorrido em 3 de dezembro de 1999 e 25 de maio de 2005, respectivamente.

Reserva de plano de opções de compra de ações

Referem-se à contrapartida das despesas do plano de opção de compra de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 28. A destinação das reservas de capital depende de deliberação em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas (AGE). O saldo em 31 de dezembro de 2014 corresponde a R\$ 127.695 (R\$ 102.742 em 31 de dezembro de 2013).

21.3 Reservas de lucros

Reserva para investimento e expansão

Esta reserva é constituída conforme destinação deliberada pelos órgãos da Administração, para fazer frente aos investimentos do plano de expansão da Companhia, conforme previsto no art. 34, item (c) do estatuto social da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2014 corresponde a R\$ 708.616 (R\$ 449.335 em 31 de dezembro de 2013).

Reserva legal

Em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76 e art. 34, item a do Estatuto Social da Companhia, é constituída reserva legal equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício. O saldo em 31 de dezembro de 2014 corresponde a R\$ 63.523 (R\$ 39.952 em 31 de dezembro de 2013).

Dividendo adicional proposto

Refere-se aos dividendos propostos adicionalmente ao mínimo obrigatório, cujo montante é submetido à Assembleia Geral Ordinária (AGO) para aprovação. A distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos é apresentada na nota explicativa nº 36.

21.4 Ajustes de avaliação patrimonial

São apresentados como ajustes de avaliação patrimonial os resultados não realizados com os instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge accounting* de fluxo de caixa. O montante dos ajustes registrados representa um ganho, líquido de impostos, no montante de R\$ 19.298 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 4.817 de ganho, líquido de impostos em 31 de dezembro de 2013) e serão revertidos quando da liquidação dos referidos instrumentos financeiros, com os efeitos no resultado segundo o regime de competência.

22 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas pelas opções de compra de ações, sendo determinada a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação.

A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo demonstramos o lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2014:

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Numerador básico		
Lucro líquido do exercício	471.420	407.404
Média ponderada de ações ordinárias	126.294	125.174
Lucro por ação básico	3,7327	3,2547
Numerador diluído		
Lucro líquido do exercício	471.420	407.404
Média ponderada de ações ordinárias	126.294	125.174
Potencial incremento nas ações ordinárias em função do plano de opções	200	2.025
Lucro por ação diluído	3,7268	3,2029

23 Gerenciamento de riscos

Visão geral

No curso normal das suas operações, a Companhia é exposta aos seguintes riscos relacionados: (i) risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros); (ii) risco de crédito; (iii) risco de liquidez, (iv) risco de capital e (v) riscos socioambientais.

O gerenciamento de riscos da Companhia é executado por uma estrutura multidisciplinar, possibilitando que a Diretoria avalie se a gestão do negócio está em linha com as políticas e diretrizes definidas pela Administração. Em abril de 2012, o Conselho de Administração da Companhia criou o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, que tem como objetivo identificar e monitorar os principais fatores de risco da Companhia.

23.1 Gerenciamento de riscos

23.1.1 Riscos de mercado

Risco cambial

O risco cambial é decorrente de operações comerciais futuras e atuais, geradas principalmente pela importação de mercadorias denominadas em dólar norte americano e euros e captação de empréstimo em moeda estrangeira. A política de gestão de risco cambial definida pela Administração da Companhia é a de proteger até 100% de suas importações via operações de *hedge*, compostas por contratos de compra a termo de moeda do tipo *Non-Deliverable Forward (NDF)* e até 100% do valor contratado de empréstimo em moeda estrangeira.

Abaixo, demonstramos a exposição líquida e a análise de sensibilidade relacionada aos pedidos de importações de mercadorias, aos financiamentos de importações (FINIMP) e swap em 31 de dezembro de 2014:

		Consolidado					
		Valorização da moeda				Desvalorização da Moeda	
		Nocial	Provável (*)	Possível +25%	Remoto 50%	Possível -25%	Remoto -50%
Derivativos designados para hedge accounting		US\$ e €	US\$ 1 = R\$ 2,71 € 1= R\$ 3,29	US\$ 1 = R\$ 3,39 € 1= R\$ 4,11	US\$ 1 = R\$ 4,07 € 1= R\$ 4,94	US\$ 1 = R\$ 2,03 € 1= R\$ 2,47	US\$ 1 = R\$ 1,36 € 1= R\$ 1,65
Objeto de hedge	Pedidos emitidos	(161.769)	(9.031)	95.208	199.468	(113.310)	(216.828)
Instrumento de Hedge	NDF	161.769	8.205	(95.763)	(199.730)	112.172	216.140
Exposição Líquida Pedidos Importação		-	(826)	(555)	(262)	(1.138)	(688)
Exposição Custo de Importação		Custo estimado	64.707	3.612	38.083	79.787	(86.731)
		importação	64.707	3.612	38.083	79.787	(86.731)
Derivativos não designados para hedge accounting							
Objeto	Finimp	(3.093)	15	2.125	4.235	(2.096)	(4.206)
Instrumento	NDF	3.093	(15)	(2.107)	(4.198)	2.077	4.169
Exposição Líquida Finimp		-	-	18	37	(19)	(37)
Objeto	Empréstimo	(9.867)	279	(6.183)	(12.645)	6.740	13.202
Instrumento	Swap	9.867	(279)	6.183	12.645	(6.740)	(13.202)
Exposição Líquida Swap		-	-	-	-	-	-
Exposição Líquida Total / Efeito			2.786	37.546	79.562	(46.481)	(87.456)
Redução no resultado, líquido do efeito dos impostos			1.839	24.780	52.511	(30.677)	(57.721)

(*) Para definição da cotação do dólar e do euro utilizada no cenário esperado, a Companhia segue projeções do mercado futuro *BM&FBovespa* para 31 de março de 2015. É importante destacar que a exposição líquida efetiva está relacionada preponderantemente a estimativa de fluxos de caixa futuros, para os quais há possibilidade de ajuste na composição de preços a serem praticados no varejo, como forma de compensar eventuais reflexos de custos por ocasião da ocorrência de cenários de

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

deterioração na cotação do dólar e do euro. Considere-se que, substancialmente, os resultados efetivos serão percebidos somente quando da liquidação dos pedidos de importação, do financiamento das importações (correspondente a realização dos estoques) e do swap.

Risco de taxa de juros

O risco referente a taxas de juros decorre das operações de equivalentes de caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata), financiamentos de operações de serviços financeiros, debêntures e swap. As debêntures e os financiamentos de operações de serviços financeiros expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A política da Companhia é a de manter 100% de seus empréstimos alocados no mercado de renda fixa, com captações remuneradas tanto a taxa de juros fixa, bem como atreladas ao CDI, a TJLP, a Selic, a *Libor* e também com variação de índices de inflação. A manutenção de ativos financeiros indexados ao CDI, bem como o curto prazo de realização dos recebíveis corrigidos a taxas de juros fixa, garante à Companhia baixo nível de risco associado às oscilações nas taxas de juros.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e *hedge* natural. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Permanentemente é efetuado acompanhamento das taxas contratadas versus as taxas vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2014, conforme requerido pela IN CVM nº 475/08, a Companhia efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos e favoráveis dos juros (CDI, TJLP, Selic e IPCA em 25% ou 50% superiores e inferiores ao cenário provável), considerando as seguintes premissas: cenário esperado para taxa de juros do CDI, TJLP, Selic e o IPCA para a próxima divulgação (indicadores e sensibilidade para 31 de março de 2015) de, respectivamente 12,22% a.a, 5,5% a.a, 12,32% a.a e 5,66% a.a. Estas estimativas tomam por base projeções do mercado futuro *BM&FBovespa* (exceto TJLP extraída do BNDEx). Abaixo, demonstramos a análise de sensibilidade do risco das taxas de juros em 31 de dezembro de 2014:

Instrumentos Financeiros	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2014	Cenário Provável	Aumento dos Juros		Redução dos Juros	
			Possível (+) 25% - R\$	Remoto (+) 50% - R\$	Possível (-) 25% - R\$	Remoto (-) 50% - R\$
Equivalentes de caixa	742.079	21.699	27.124	32.545	16.274	10.849
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.142.196)	(33.372)	(41.715)	(50.058)	(25.029)	(16.686)
(*) Swap	3.478	(807)	(1.009)	(1.211)	(605)	(404)
Financiamentos Operações Serviços Financeiros	(750.378)	(22.411)	(28.014)	(33.617)	(16.808)	(11.206)
Redução no resultado do exercício	(1.147.017)	(34.891)	(43.614)	(52.341)	(26.168)	(17.447)
Impacto no resultado, líquido de impostos		(23.028)	(28.785)	(34.545)	(17.271)	(11.515)

23.1.2 Risco de crédito

O risco de crédito da Companhia refere-se, em suma, aos equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e instrumentos financeiros derivativos.

Equivalentes de caixa

Conforme política financeira da Companhia, os equivalentes de caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata) só podem ser aplicados em instituições financeiras com baixo risco de crédito e com reconhecida solidez no mercado, às quais possuem *rating* global e nacional classificados como grau de investimento. Abaixo, demonstramos a qualidade do crédito dos equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2014:

Rating - Escala Internacional	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
A-2	-	732.237	-	737.156
A-3	625.541	-	742.079	-
Total - Escala Internacional	625.541	732.237	742.079	737.156

Rating - Escala Nacional	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
brAA-1	625.541	732.237	742.079	737.156
Total - Escala Nacional	625.541	732.237	742.079	737.156

Contas a receber de clientes

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração, suportada por sistemas tecnológicos e processos avançados, vinculados à área de risco e fraude e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração da Companhia por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco).

Abaixo, demonstramos a qualidade do crédito das carteiras mais representativas: CCR (*Private Label*) e cartões de terceiros, às quais representam 97,58% do saldo na Controladora e 76% no Consolidado (97,4% na Controladora e 81,3% no Consolidado em 31 de dezembro de 2013). Segue a abertura da qualidade do crédito conforme análise de risco da carteira em 31 de dezembro de 2014:

Classificação do risco da qualidade do crédito	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Baixo - (a)	1.053.068	967.639	1.091.023	1.000.765
Médio baixo - (b)	418.901	273.786	418.901	273.786
Médio - (c)	56.921	65.230	56.921	65.230
Médio alto - (d)	7.731	7.786	7.731	7.786
Alto - (e)	30.357	32.724	30.357	32.724
Total	1.566.978	1.347.165	1.604.933	1.380.291

A classificação interna do risco da qualidade do crédito da carteira do contas a receber está descrita abaixo:

- (a) Baixo – clientes com mais de seis meses de conta de relacionamento com média de atraso menor do que 15 dias, e recebíveis das administradores de cartões de crédito.
- (b) Médio baixo – clientes com até seis meses de conta.
- (c) Médio – clientes com mais de seis meses de conta de relacionamento com média de atraso entre 15 e 29 dias.
- (d) Médio alto – clientes com mais de seis meses de conta de relacionamento com média de atraso entre 30 e 59 dias.
- (e) Alto – clientes com mais de seis meses de conta de relacionamento com média de atraso superior a 60 dias.

Os clientes das carteiras de empréstimo pessoal e Meu Cartão (*co-branded*), são originados da carteira do CCR e portanto, apresentam nível de risco e qualidade de crédito similar à observada na carteira do "*private label*" e representam apenas 2,42% da carteira total na Controladora e 24% no Consolidado (2,6% na Controladora e 18,7% no Consolidado em 31 de dezembro de 2013).

Os recebíveis da Companhia são originados nas suas operações de varejo a pessoa física de forma massificada, com análise de crédito individual, com baixo ticket médio, tendo como característica a pulverização absoluta do risco de crédito e a ausência de instrumento de garantia, de modo que, os valores registrados no contas a receber representam a dimensão adequada da exposição da Companhia ao risco de crédito. No processo de gestão da recuperação dos créditos, a Companhia não realiza novação de dívida e, portanto, o *aging* registrado no contas a receber reflete as condições originais dos contratos.

Derivativos

Com base na política financeira da Companhia, a contratação de instrumentos financeiros derivativos "*NDF*" e "*swap*" somente é realizada com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, às quais possuem *rating* global e nacional classificados como grau de investimento "A-3" e "brA-1" em 31 de dezembro de 2014 ("A-2" e "brA-1" em 31 de dezembro de 2013), conforme classificação da agência *Standards Poor's*. O saldo de ativos de derivativos é de R\$ 29.558 na Controladora e R\$ 33.324 no Consolidado (R\$ 7.943 na Controladora e de R\$ 8.043 no Consolidado em 31 de dezembro de 2013).

23.1.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas ou encontrar dificuldades em atender as necessidades do fluxo de caixa devido.

A Companhia tem adotado a gestão de suas disponibilidades estabelecendo um montante de caixa mínimo estratégico, baseado no ciclo de caixa das operações de varejo, bem como no capital mínimo necessário para garantir as operações de crédito. Os principais objetivos da Administração na gestão de um caixa mínimo estratégico são: precaução para momentos de incerteza na liquidez da economia, garantir a execução da estratégia de investimentos e expansão da Companhia, garantir a

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

manutenção/expansão das operações de produtos financeiros em momentos de restrição de crédito, garantir a amortização e serviços de dívidas e garantir a manutenção da política de distribuição de dividendos.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Os limites globais concedidos a Companhia apresentam espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis, não gerando risco de quebra desses limites ou cláusulas dos empréstimos. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia.

A Companhia possui empréstimos com cláusulas contratuais que requerem a manutenção de indicadores financeiros tendo como principal operação com cláusulas dessa natureza as Debêntures, tendo a 4ª emissão emitida em 15 de julho de 2011, a 5ª emissão emitida em 15 de junho de 2012 e a 6ª emissão emitida em 1º de agosto de 2013. Abaixo a síntese dos índices financeiros (Covenants) previstos, conforme documentos de oferta pública registrada na CVM:

- 4ª emissão de debêntures de 15 de julho de 2011:
 - (i) Dívida Líquida Consolidada/ EBITDA menor ou igual a 2,5;
 - (ii) EBITDA/ Resultado Financeiro Líquido Consolidado maior ou igual a 2,0, ou menor que 0 (zero).
- 5ª emissão de debêntures de 15 de junho de 2012:
 - (i) Dívida Líquida Consolidada/ EBITDA menor ou igual a 3,0;
 - (ii) EBITDA/ Resultado Financeiro Líquido Consolidado maior ou igual a 2,0, ou menor que 0 (zero), sendo que neste último caso o EBITDA deverá ser maior que 0 (zero).
- 6ª emissão de debêntures de 1º de agosto de 2013:
 - (iii) Dívida Líquida Consolidada/ EBITDA menor ou igual a 3,0;
 - (iv) EBITDA/ Resultado Financeiro Líquido Consolidado maior ou igual a 2,0, ou menor que 0 (zero), sendo que neste último caso o EBITDA deverá ser maior que 0 (zero).

A Companhia monitora estes índices periodicamente e tem confirmado o atendimento dos mesmos com significativa margem de segurança.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa nº 5) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2014, os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados para administrar o risco de liquidez.

A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos passivos financeiros:

Controladora

	Saldo Contábil	Menos de 3 meses	A partir de 3 até 6 meses	A partir de 6 até 12 meses	A partir de 1 até 2 anos	A partir de 2 até 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2014							
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.114.276	31.488	2.498	148.340	234.908	694.152	2.890
Financiamento arrendamento mercantil	53.990	6.153	(938)	(1.085)	8.224	6.713	34.923
Financiamentos - operações serviços financeiros	92.340	68.907	18.397	5.036	-	-	-
Obrigações com administradora de cartões	6.093	6.093	-	-	-	-	-
Fornecedores	493.581	493.581	-	-	-	-	-
Total	1.760.280	606.222	19.957	152.291	243.132	700.865	37.813
Em 31 de dezembro de 2013							
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.060.303	28.403	6.641	9.570	139.364	847.416	28.909
Financiamento arrendamento mercantil	38.350	3.589	8	3.596	1.656	449	29.052
Financiamentos - operações serviços financeiros	450.658	279.864	117.183	53.611	-	-	-
Financiamentos das importações	72.808	29.347	43.461	-	-	-	-
Obrigações com administradora de cartões	19.285	19.285	-	-	-	-	-
Fornecedores	435.376	435.376	-	-	-	-	-
Derivativos	235	205	30	-	-	-	-
Total	2.077.015	796.069	167.323	66.777	141.020	847.865	57.961

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado

	Saldo Contábil	Menos de 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2014							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.142.196	41.413	20.493	148.340	234.908	694.152	2.890
Financiamento arrendamento mercantil	53.990	6.153	(938)	(1.085)	8.224	6.713	34.923
Financiamentos - operações serviços financeiros	750.378	148.255	159.017	29.447	(1.892)	415.551	-
Financiamentos das importações	8.442	5.201	2.844	397	-	-	-
Obrigações com administradora de cartões	196.988	156.048	31.123	9.817	-	-	-
Fornecedores	561.480	561.480	-	-	-	-	-
Total	2.713.474	918.550	212.539	186.916	241.240	1.116.416	37.813
Em 31 de dezembro de 2013							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.060.303	28.403	6.641	9.570	139.364	847.416	28.909
Financiamento arrendamento mercantil	38.350	3.589	8	3.596	1.656	449	29.052
Financiamentos - operações serviços financeiros	607.060	332.920	199.911	74.229	-	-	-
Financiamentos das importações	76.732	30.418	45.215	1.099	-	-	-
Obrigações com administradora de cartões	114.251	91.930	16.360	5.961	-	-	-
Fornecedores	471.384	471.384	-	-	-	-	-
Derivativos	235	205	30	-	-	-	-
Total	2.368.315	958.849	268.165	94.455	141.020	847.865	57.961

Adicionalmente, a agência de rating 'Standard & Poors' classificou o rating de crédito da Companhia como brAA+ na categoria escala nacional (Brasil).

23.1.4 Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para minimizar os custos a ela associados.

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiro visa otimizar sua estrutura de capital. A Companhia monitora os níveis de endividamento em relação à sua capacidade de geração de caixa (LAJIDA/EBITDA) e sua estrutura de capital e em 31 de dezembro de 2014 apresenta:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa	709.403	789.086	834.340	801.592
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	(182.326)	(44.614)	(210.246)	(44.614)
Não circulante	(931.950)	(1.015.689)	(931.950)	(1.015.689)
Endividamento líquido	(404.873)	(271.217)	(307.856)	(258.711)

É inerente ao negócio da Companhia a sazonalidade na geração de resultados, bem como nas posições patrimoniais oriundas da operação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Controladora apresentou uma redução no saldo de caixa e equivalentes de caixa, como consequência, principalmente de suas atividades de investimentos, bem como pela distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio em abril de 2014. No Consolidado, ocorreu um sensível aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa, como consequência, principalmente, da geração adicional de caixa das atividades operacionais.

As posições de financiamentos atreladas à operação da atividade de serviços financeiros, bem como ao financiamento de importações e arrendamento mercantil são tratados como financiamentos operacionais e portanto, são desconsideradas para fins de cálculo do endividamento líquido.

A sólida posição patrimonial da Companhia, e sua longa relação com importantes instituições financeiras e com o mercado de capitais, lhe garantem condições de acesso bastante confortáveis para captação de recursos via endividamento ou mesmo, emissão de novas ações para aumento de capital, se assim for necessário.

23.1.5 Riscos Socioambientais

(a) Riscos ambientais

Com o objetivo de reduzir os impactos ambientais decorrente de suas operações, a Lojas Renner atua fortemente, desde 2010, na gestão de seus resíduos sólidos. Os resíduos gerados nas lojas (papel, papelão, lâmpadas, plásticos, frascos de perfumaria e

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

beleza, material de *merchandising* e outros) são encaminhados para os centros de distribuição da empresa através da logística reversa, onde são separados e encaminhados para a destinação final. O Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos é realizado conforme a Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que estabelece a prevenção e a redução na geração de resíduos e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos (aquilo que não pode ser reciclado ou reutilizado). Em 2014, mais de 90% dos resíduos gerados foram encaminhados para reciclagem ou reaproveitamento.

(b) Impacto nas comunidades

A companhia identifica, pela relação de proximidade que possui com fornecedores, a dificuldade, no setor têxtil, de contratação de profissionais especializados. Com a finalidade de minimizar a falta de profissionais e a descontinuidade da produção em seus fornecedores, a Lojas Renner possui um programa de capacitação de mão de obra em parceria com seus fornecedores, no sentido de proporcionar empregabilidade para mulheres e contribuir para o desenvolvimento do segmento de moda no país.

c) Contratação de fornecedores

Para se certificar da não utilização de mão de obra forçada, análoga ao de trabalho escravo em ambiente inseguro e da inexistência de qualquer tipo de discriminação ou assédio, a Lojas Renner exige que todos os fornecedores assinem um Termo de Compromisso – Conduta Responsável, que formaliza sua adesão ao Código de Conduta e Ética da empresa, além do Contrato Comercial onde se comprometem a cumprir integralmente a legislação trabalhista vigente.

Além disso, a Lojas Renner seleciona apenas fornecedores de revenda certificados pela Abvtex – Associação Brasileira do Varejo Têxtil, e complementarmente investe no monitoramento e avaliações periódicas de 100% dos fornecedores têxteis através de auditorias de Responsabilidade Social, seja através de equipe própria ou por empresas com reconhecida experiência internacional e com foco nas condições de trabalho na cadeia produtiva de fornecedores.

24 Instrumentos Financeiros

24.1 Instrumentos financeiros por categoria

Todas as operações com instrumentos financeiros e derivativos estão reconhecidas na demonstração financeira da Companhia e suas controladas, conforme quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativos				
Valor justo por meio do resultado (mantido para negociação)				
Derivativos (outras contas a receber)	29.558	7.943	33.324	8.043
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	709.403	789.086	834.340	801.592
Contas a receber de clientes	908.389	1.268.370	1.908.518	1.572.443
FIDC Lojas Renner	182.000	-	-	-
Passivos				
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.114.276	1.060.303	1.142.196	1.060.303
Financiamento arrendamento mercantil	53.990	38.350	53.990	38.350
Financiamentos - operações serviços financeiros	92.340	450.658	750.378	607.060
Obrigações com administradora de cartões	6.093	19.285	196.988	114.251
Fornecedores	493.581	435.376	561.480	471.384
Valor justo por meio do resultado				
Financiamentos das importações	-	72.808	8.442	76.732
Derivativos (outras obrigações)	-	235	-	235

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não houve nenhuma reclassificação entre as categorias apresentadas no quadro acima.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24.2 Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

24.2.1 Valor justo

Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2014 são os seguintes:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2014		31/12/2013		31/12/2014		31/12/2013	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	709.403	709.403	789.086	789.086	834.340	834.340	801.592	801.592
Contas a receber de clientes	908.389	908.389	1.268.370	1.268.370	1.908.518	1.908.518	1.572.443	1.572.443
FIDC Lojas Renner	182.000	182.000	-	-	-	-	-	-
Derivativos (outras contas a receber)	29.558	29.558	7.943	7.943	33.324	33.324	8.043	8.043
Total	1.829.350	1.829.350	2.065.399	2.065.399	2.776.182	2.776.182	2.382.078	2.382.078
Passivos								
Financiamento arrendamento mercantil	53.990	54.421	38.350	37.621	53.990	54.421	38.350	37.621
Financiamentos - operações serviços financeiros	92.340	98.701	450.658	452.462	750.378	755.685	607.060	609.821
Financiamentos das importações	-	-	72.808	72.808	8.442	8.442	76.732	76.732
Obrigações com administradora de cartões	6.093	6.093	19.285	19.285	196.988	196.988	114.251	114.251
Fornecedores	493.581	493.581	435.376	435.376	561.480	561.480	471.384	471.384
Derivativos (outras obrigações)	-	-	235	235	-	-	235	235
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.114.276	1.107.396	1.060.303	1.060.913	1.142.196	1.135.316	1.060.303	1.060.913
Total	1.760.280	1.760.192	2.077.015	2.078.700	2.713.474	2.712.332	2.368.315	2.370.957

Caixa e equivalentes de caixa

As taxas de juros que remuneram os equivalentes de caixa da Companhia no encerramento do exercício se aproximam das taxas de mercado para operações de mesma natureza, prazo e risco semelhantes, de forma que, os saldos contábeis dos equivalentes de caixa são similares aos de mercado.

Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias, pelas operações de crédito do "Meu Cartão", bem como pelos valores de empréstimo pessoal cedido aos seus clientes por instituições financeiras, dos quais a Companhia é intermediadora.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, pelo transcorrer do prazo, ajustados pela taxa de juros efetiva considerando os efeitos e reconhecimento da mensuração do valor presente.

FIDC – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC corresponde às quotas subordinadas de titularidade da Lojas Renner. As quotas subordinadas não possuem meta de remuneração, e somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das quotas sênior.

Financiamento arrendamento mercantil

Os arrendamentos financeiros de sistemas de informática são contratados a taxas de mercado pré-fixadas. Quando de variações nas taxas de juros correntes no mercado e considerando o longo prazo de pagamento destas obrigações, são apuradas diferenças entre o valor justo e o valor contábil destes financiamentos.

Financiamento de operações de serviços financeiros

Às operações de financiamento de produtos financeiros, correspondem, na Controladora, aos valores de face de obrigações assumidas pelos clientes, dos quais a Companhia é garantidora, portanto, e considerando também o curto prazo desta obrigações, os valores contábeis são similares aos valores de mercado. No Consolidado, está acrescido os montantes referentes às cotas sênior do FIDC Lojas Renner, atualizadas a taxas semelhantes às de mercado para operações de prazo, origem e riscos semelhantes.

Financiamento de importações

Os financiamentos de importações são designados e qualificados como valor justo por meio do resultado (*fair value option*) no momento inicial.

Obrigações com administradora de cartões

Na controladora, referem-se aos valores recebidos pelos clientes do “Meu Cartão” a serem repassados à Renner Administradora de Cartões de Crédito. No Consolidado, referem-se aos valores a serem repassados ao sistema “Visa e Mastercard” pela utilização por parte dos clientes do “Meu Cartão”. Considerando o curto prazo de realização destes passivos, o valor justo é similar ao valor contábil registrado.

Fornecedores

Os fornecedores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, pelo transcorrer do prazo, ajustados pela taxa de juros efetiva considerando os efeitos e reconhecimento da mensuração do valor presente.

Derivativos

O critério de determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é baseado na utilização das curvas de mercado de cada derivativo na data da apuração, bem como, metodologias utilizadas pelo mercado e geralmente aceitas, conforme detalhado abaixo:

- **Termo de moeda (NDF)** – O método utilizado para mensuração do valor justo das operações de *NDFs*, consistiu no cálculo do diferencial entre o valor contratado e a referência de mercado ajustados a valor presente, considerando informações obtidas junto a *BM&FBovespa*.
- **Swap** – O método utilizado para mensuração do valor justo das operações de *swap*, consistiu no cálculo do diferencial entre a ponta ativa e a ponta passiva ajustados a valor presente, considerando informações obtidas junto a *BM&FBovespa*.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

As operações de empréstimos e financiamentos em geral são contratadas à padrões de mercado e portanto, os valores contábeis se aproximam dos valores de mercado para operações de prazo, origem e riscos semelhantes. Para operações de empréstimos de longo prazo (debêntures), embora contratadas a taxas similares às de mercado, considerando a relevância dos montantes e o impacto nas variações de taxas no longo prazo, foram calculadas e demonstradas as diferenças resultantes entre o valor justo e o valor contábil.

24.3 Hierarquia do Valor Justo

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se, conforme definição de hierarquia de valor justo, como nível 2. Abaixo definição de hierarquia de valor justo, conforme CPC 40/IAS 39:

- **Nível 1** - Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2** - Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2014, os instrumentos financeiros avaliados a valor justo estão classificados na hierarquia do valor justo de nível 2, conforme quadro abaixo:

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2014	Nível 2	31/12/2013	Nível 2	31/12/2014	Nível 2	31/12/2013	Nível 2
Ativos								
Derivativos (outras contas a receber)	29.558	29.558	7.943	7.943	33.324	33.324	8.043	8.043
Total	29.558	29.558	7.943	7.943	33.324	33.324	8.043	8.043
Passivos								
Financiamentos das importações	-	-	72.808	72.808	8.442	8.442	76.732	76.732
Derivativos (outras obrigações)	-	-	235	235	-	-	235	235
Total	-	-	73.043	73.043	8.442	8.442	76.967	76.967

24.4 Perdas por redução no valor recuperável

Demonstramos na nota explicativa nº 6 (contas a receber) a composição da provisão para perdas de créditos, de acordo com a avaliação de recuperabilidade da Administração.

24.5 Garantias

A Companhia demonstra na nota explicativa nº 29 – Ônus, garantias e responsabilidades.

24.6 Instrumentos financeiros derivativos

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos é utilizada conforme definido em política interna, aprovada pela Administração, com a finalidade de proteção do risco cambial assumido em pedidos de importações, financiamentos de importações e empréstimos, e também, de proteção do risco de taxa de juros, conforme descrito na nota explicativa nº 3.14.

A Companhia tem utilizado como instrumento de *hedge* para sua exposição às variações de preços de moeda estrangeira, contratos de compra de dólar e euros futuro do tipo *Non-Deliverable Forward* (NDF).

Conforme apresentado na tabela de exposição líquida e análise de sensibilidade de operações sujeitas à variação cambial no item de "Risco Cambial" (nota explicativa nº 23.1.1), as informações sobre as operações com derivativos em 31 de dezembro de 2014 estão segregadas entre designados para *hedge accounting* (*hedge* de fluxo de caixa) e não designados para *hedge accounting*.

24.6.1 Derivativos designados para *hedge accounting*

A composição dos derivativos designados para contabilização de *hedge* de fluxo de caixa tem como instrumento de proteção contratos a termo de moeda (*Non-Deliverable Forward*) e o seu objeto de proteção corresponde às variações cambiais relacionadas ao fluxo de caixa de pedidos de importações, conforme, demonstrado abaixo:

NDF (*Non-Deliverable Forward*)

Instrumento de Hedge					Objeto de Hedge	
Vencimentos	Operação	Nocional (US\$)	Nocional (€)	(*) Valor justo	Operação	Vencimentos Estimados
De 01/01/2015 a 31/03/2015	NDF	51.055	-	14.910	Pedido de Importações	De 01/01/2015 a 31/03/2015
De 01/04/2015 a 30/06/2015	NDF	52.044	-	12.790	Pedido de Importações	De 01/04/2015 a 30/06/2015
De 01/07/2015 a 30/09/2015	NDF	39.380	-	1.043	Pedido de Importações	De 01/07/2015 a 30/09/2015
De 01/10/2015 a 31/12/2015	NDF	17.867	-	342	Pedido de Importações	De 01/10/2015 a 31/12/2015
Total Controladora		160.346	-	29.085		
De 01/01/2015 a 31/03/2015	NDF	746	69	56	Pedido de Importações	De 01/01/2015 a 31/03/2015
De 01/04/2015 a 30/06/2015	NDF	585	-	91	Pedido de Importações	De 01/04/2015 a 30/06/2015
De 01/07/2015 a 30/09/2015	NDF	23	-	8	Pedido de Importações	De 01/07/2015 a 30/09/2015
Total Consolidado		161.700	69	29.240		

(*) A metodologia de precificação de *Non-Deliverable Forward* é pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando projeções da BM&FBovespa.

Durante o exercício, as operações de *hedge* com NDF utilizadas para proteção do risco de fluxo de caixa de pedidos de importação (*Non-Deliverable Forward*) foram efetivas e estão dentro dos níveis previstos pelo CPC 40/IAS 39.

24.6.2 Derivativos não designados para hedge accounting

Os derivativos não designados para *hedge accounting* correspondem aos contratos de compra a termo de moeda do tipo NDF (Non-Deliverable Forward) e ao swap, destinados respectivamente, a minimizar o reflexo de variações cambiais decorrentes do financiamento de Importações (FINIMP) e mitigar o risco da taxa de juros da 2ª série da 4ª emissão das debêntures e o risco cambial do empréstimo captado pela Maxmix Comercial Ltda. em moeda estrangeira.

NDF (Non-Deliverable Forward) – FINIMP

Instrumento					Objeto	
Vencimentos	Operação	Nacional (US\$)	Nacional (€)	(*) Valor justo	Operação	Vencimentos Estimados
De 01/01/2015 a 31/03/2015	NDF	1.673	228	389	Financiamento de importações	De 01/01/2015 a 31/03/2015
De 01/04/2015 a 30/06/2015	NDF	922	122	174	Financiamento de importações	De 01/04/2015 a 30/06/2015
De 01/07/2015 a 30/09/2015	NDF	148	-	43	Financiamento de importações	De 01/07/2015 a 30/09/2015
Total Consolidado		2.743	350	606		

(*) A metodologia de precificação de *Non-Deliverable Forward* é pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando projeções da BM&FBovespa.

Swap

Em fevereiro de 2014, a Lojas Renner S.A contratou swap de taxas de juros no qual ela recebe uma taxa de juros baseada no IPCA + 7,8% (ponta ativa) e paga uma taxa de juros baseada em 116,25% do CDI (ponta passiva). Esse contrato tem um valor de nominal de R\$ 97.581 e as datas de vencimento estão de acordo com as datas de amortização da dívida da 2ª série da 4ª emissão das debêntures. Esse swap foi contratado para mitigar o risco da taxa de juros da 2ª série da 4ª emissão das debêntures. O valor justo do swap no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é um ganho de R\$ 708, cuja contrapartida foi registrada no resultado financeiro. A contraparte dessa operação é com o Banco Bradesco S.A. O saldo do swap em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 473.

Em 11 e 24 de junho e 29 de agosto de 2014, a controlada Maxmix Comercial Ltda. ("Camicado") contratou swap no qual ela recebe uma taxa de juros baseada nos juros fixados no contrato e a variação do câmbio (ponta ativa) e paga uma taxa de juros baseada, respectivamente, em 108,5% e 107,1% do CDI (ponta passiva). Esses contratos têm um valor de nominal de US\$ 9.867 e a data de liquidação é em junho e março de 2015. Esse swap foi contratado para mitigar o risco do câmbio. O valor justo do swap no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é um ganho de R\$ 3.005, cuja contrapartida foi registrada no resultado financeiro. A contraparte dessa operação é com o Banco Santander S.A. O saldo do swap em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 3.005.

Fluxo de caixa

A tabela a seguir demonstra o fluxo de caixa previsto dos pedidos de importações de operações futuras expostas à moeda estrangeira com derivativos de proteção, considerando como referência, o dólar e o euro esperado para a próxima divulgação (31 de março de 2015) que é de, respectivamente, R\$ 2,71 e R\$ 3,29:

	1T15	2T15	3T15	4T15	Total
FOB Pedidos de importação de mercadoria de revenda (a)	140.592	142.608	106.772	48.413	438.385
Valor Nacional R\$ mil	140.592	142.608	106.772	48.413	438.385
Valor Nacional € mil	69	-	-	-	69
Valor Nacional US\$ mil	51.801	52.629	39.403	17.867	161.700

(a) Os fluxos de caixa relacionados a pedidos de importações de mercadorias de revenda são reconhecidos inicialmente no custo dos estoques e posteriormente registrados no resultado como custo de mercadorias vendidas, à medida da realização dos estoques, conforme giro normal das operações.

25 Partes relacionadas

A Companhia, as controladas e pessoas ligadas, realizam algumas operações entre si, relativas a aspectos financeiros, comerciais e operacionais da Companhia. Descrevemos abaixo as operações mais relevantes:

25.1 Contexto Consolidado

Remuneração dos membros do Conselho e da Diretoria (a “Administração”)

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores, após considerar o parecer do Comitê de Pessoas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a remuneração dos administradores totalizou R\$ 11.858 (R\$ 7.503 em 31 de dezembro de 2013), apresentados como outros resultados operacionais (nota explicativa nº 31).

A Assembleia Geral Ordinária realizada em 17 de abril de 2014 aprovou o limite de remuneração global dos administradores em até R\$ 12.000 para o exercício social de 2014.

Plano de opções de compra de ações

A Companhia possui plano de opções de compra de ações, onde os administradores podem adquirir ações na forma e condições descritas no plano (nota explicativa nº 28). No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a despesa com plano de opções de compra de ações de administradores totalizou R\$ 16.938 (R\$ 5.324 em 31 de dezembro de 2013).

Participação estatutária

A participação estatutária refere-se à participação nos lucros atribuída aos administradores conforme definido no artigo 34, parágrafo único do estatuto social da Companhia e depende de aprovação dos acionistas em Assembleia Geral.

25.2 Contexto Controladora

Contratos de locação

Em 2009, a Companhia renovou o contrato de locação com a controlada Dromegon do prédio da loja no centro de Porto Alegre. O valor da locação desse imóvel é sempre o maior valor entre (i) o equivalente a 4,29% das vendas mensais brutas realizadas pela loja e (ii) R\$ 175 ao mês. O referido contrato de locação tem prazo de validade de 10 anos, sujeito a renovação.

Em maio de 2012 a Companhia firmou contratos de locações com a controlada Dromegon dos prédios das lojas de Santa Maria e Pelotas. O valor da locação do imóvel de Santa Maria é sempre o maior valor entre o equivalente a 4% das vendas mensais brutas realizadas pela loja e R\$ 60 ao mês, e o valor do aluguel da loja de Pelotas é sempre o maior valor entre o equivalente a 4% das vendas mensais brutas realizados pela loja e R\$ 54 ao mês. Os referidos contratos tem prazo de validade de 10 anos, sujeito a renovação.

Contrato de prestação de serviço de concessão de empréstimos pessoais

A Companhia oferece serviços financeiros de empréstimo pessoal, através de sua controlada, Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (RACC), mediante contratos de convênio para concessão de empréstimos realizado junto a instituições financeiras, proporcionando aos clientes Renner condições para obtenção de empréstimo pessoal. A RACC também opera com cartão bandeira denominado Meu Cartão. A Lojas Renner participa na operação com sua infraestrutura operacional e como garantidora da operação.

Utilização do Cartão Renner e do “Meu Cartão” na Camicado

Um dos principais geradores de sinergia identificados pela Administração no processo de integração da Camicado está na possibilidade de aceitação do Cartão Renner (CCR) e do Meu Cartão nas lojas da Camicado. A partir de outubro de 2011 foi ofertado aos clientes do Cartão Renner e do Meu Cartão a utilização em compras na Camicado.

Acordo para rateio de custos e despesas corporativas

Como forma de otimizar a estrutura corporativa colocada à disposição da gestão dos negócios, a Lojas Renner e suas controladas tem celebrado entre si convênios de compartilhamento de estruturas, focadas principalmente no compartilhamento das estruturas de back-office e corporativa (maiores detalhes vide nota explicativa nº 25.3).

Receita de venda de mercadorias

A Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. efetuou operações comerciais de venda de mercadorias para a Controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 no montante de R\$ 962 mil. Tais operações visaram a melhor adequação dos níveis de estoque e oportunidades adicionais de venda de ambas as empresas e foram praticadas a preços compatíveis com os disponíveis no mercado.

Compra de créditos fiscais oriundos de prejuízos fiscais.

Em novembro de 2014, a Administração da Companhia decidiu por aderir ao parcelamento previsto na Lei nº 13.043/14, a qual permitiu a utilização de créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais de controladas. Utilizando-se desta disposição legal, a Lojas Renner S.A. adquiriu de sua controlada Maxmix Comercial Ltda. R\$ 11.929 em créditos de imposto de renda e contribuição social.

25.3 Saldos e transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014, bem como os valores das transações registrados no resultado do exercício relativos a operações com partes relacionadas decorrem de transações realizadas conforme condições contratuais e usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e estão sumariadas a seguir:

Saldos com empresas ligadas

Ativo (Passivo) Empresas	Controladora				
	Aluguéis a pagar	Meu cartão	Emprést. Pessoal	CCR	Conta corrente Ativo Passivo
Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. - (RACC)	-	36.564	(29.920)	-	8.816 -
Dromegon Participações Ltda.	(5.218)	-	-	-	- -
Maxmix Comercial Ltda. - (Camicado)	-	-	-	(9.684)	143 -
Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. - (Youcom)	-	-	-	-	- (51)
Saldo a receber (a pagar) em 31 de dezembro de 2014	(5.218)	36.564	(29.920)	(9.684)	8.959 (51)
Saldo a receber (a pagar) em 31 de dezembro de 2013	(4.888)	(13.099)	(6.833)	(6.157)	3.261 (14)

Transações com empresas ligadas

Receita (Despesa)

Empresas

Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. - (RACC)
Dromegon Participações Ltda.
Maxmix Comercial Ltda. - (Camicado)
Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. - (Youcom)
Impacto no resultado, líquido de impostos

Controladora			
Aluguéis		Despesa Compartilhada	
31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
-	-	35.281	21.560
(7.168)	(6.932)	40	-
-	-	1.765	1.668
-	-	467	-
(7.168)	(6.932)	37.553	23.228

26 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguros contratados junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o valor de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros na modalidade de responsabilidade cível e seguro patrimonial (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial) e para os estoques, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Responsabilidade Civil e D&O	88.400	104.001
Patrimônio e Estoque	2.416.751	2.205.537
Veículos	27.783	23.684

27 Acordos ou outras obrigações relevantes entre a Companhia e seus administradores

Conforme Capítulo IV, art. 13 do Estatuto Social da Companhia, a Administração da Companhia incumbe ao Conselho de Administração e à Diretoria. A investidura desses Administradores no cargo faz-se por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo Administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, e condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

O Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, tem mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição. Os membros do Conselho de Administração em exercício serão considerados automaticamente indicados para reeleição por proposta conjunta dos membros do Conselho de Administração.

A Diretoria, cujos membros são eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, tem prazo de mandato de 2 anos, permitida a reeleição e estão vinculadas por meio de um contrato de prestação de serviços, cuja remuneração compreende um componente fixo corrigido anualmente pelo INPC e uma variável, cujo valor reflete o desempenho financeiro da Companhia. O vencimento dos contratos está vinculado ao prazo de mandato dos diretores, com exceção do contrato firmado

com o Diretor Presidente.

A Companhia firmou em 5 de março de 2014, um novo contrato de prestação de serviços com o seu Diretor Presidente. O Contrato prevê a permanência do executivo por no mínimo 3 (três) anos, podendo ser prorrogado, a critério do Conselho de Administração por mais 2 (dois) anos. A remuneração compreende um componente fixo corrigido anualmente pelo INPC e um variável, cujo valor reflete o desempenho financeiro da Companhia. Também foi concedida ao diretor presidente uma nova outorga de opção de compra de ações (vide nota explicativa nº 28).

28 Plano de opção de compra de ações

O Plano de opção de compra de ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Companhia, realizada no dia 25 de maio de 2005, e alterado pelas Assembleias Gerais Extraordinárias de Acionistas, realizadas nos dias 10 de abril de 2007 e 30 de março de 2009, é supervisionado pelo Comitê de Pessoas ("Comitê"), criado em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, e composto por membros independentes do Conselho de Administração da Companhia ("Conselho"). Os membros do Comitê não poderão ser beneficiados das opções de compra objeto do Plano.

Principais características do plano de opção de compra de ações

Os programas preveem que cinquenta por cento das opções tornar-se-ão exercíveis após o decurso de três anos de sua respectiva outorga, e o restante, após o decurso de quatro anos (considerando apenas as opções objeto de uma mesma outorga). Os programas preveem também o direito ao exercício, em caso de falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do participante. A partir da 3ª outorga, no caso da obrigação de realizar oferta pública, nos termos dos Art. 39, 40, 41 e 42 do Estatuto Social, ou na hipótese de sucesso de oferta pública para aquisição do controle da Companhia, se qualquer desses casos resultarem em desligamento sem justa causa de participante do Plano por iniciativa da Companhia, todas as opções outorgadas ao respectivo participante e que ainda não sejam passíveis de exercício tornar-se-ão automaticamente exercíveis. Após uma opção ter se tornado exercível, o beneficiário (Administradores e Executivos selecionados) poderá exercê-la a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, até o término do prazo de 6 (seis) anos contados da data de outorga de tal opção. A outorga contratual de opções do Diretor Presidente, datada em 30 de março de 2009, prevê que o exercício das opções estará sujeito a um prazo de carência total de seis anos contados da data de outorga e a partir do segundo aniversário da data de outorga, será permitido o exercício antecipado em parcelas de 20% ao ano, desde que atingida uma meta de valorização da Companhia através do indicador *Total Shareholder Return* (TSR), estabelecida pelo Conselho de Administração. Em 05 de março de 2014, foi aprovada uma nova outorga contratual de opções do Diretor Presidente, a qual prevê que o exercício das opções estará sujeito a um prazo de carência total de seis anos contados da data de outorga e a partir do segundo e do terceiro aniversário da data de outorga, será permitido o exercício antecipado de uma parcela de 30% das opções em cada aniversário, sendo que o saldo de 40% poderá ser exercido a partir do último trimestre do quarto ano a contar da data da assinatura do contrato, e desde que atingida uma meta de valorização da Companhia através do indicador *Total Shareholder Return* (TSR), estabelecida pelo Conselho de Administração.

Cada opção corresponde ao direito de subscrever uma ação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2014, existiam 3.396 mil opções (3.034 mil em 31 de dezembro de 2013), representando, no total, aproximadamente 2,67% das 127.395 mil ações emitidas pela Companhia.

28.1 Resumo da movimentação do plano de opção de compra de ações

Plano de Opções	Data da Outorga	Valor de Exercício	Quantidade de ações - Controladora e Consolidado								
			Saldo Inicial	(-)	(-)	(+)	Saldo Final	(-)	(-)	(+)	Saldo Final
			01/01/2013	Exercidas	Cancelada	Outorgadas	31/12/2013	Exercidas	Cancelada	Outorgadas	31/12/2014
2ª outorga	01/06/2006	28,58	111	(111)	-	-	-	-	-	-	-
3ª outorga A	30/04/2007	29,01	161	(161)	-	-	-	-	-	-	-
3ª outorga B	15/05/2007	29,83	250	(250)	-	-	-	-	-	-	-
4ª outorga	31/03/2008	34,25	806	(806)	-	-	-	-	-	-	-
5ª outorga	19/01/2009	15,15	937	(848)	(12)	-	77	(77)	-	-	-
Outorga contratual	30/03/2009	14,44	1.822	(728)	-	-	1.094	(1.094)	-	-	-
6ª outorga A	18/01/2010	38,65	562	(158)	(65)	-	339	(218)	-	-	121
6ª outorga B	15/03/2010	38,97	10	(10)	-	-	-	-	-	-	-
7ª outorga	16/02/2011	51,42	605	-	(137)	-	468	(112)	(15)	-	341
8ª outorga	06/02/2012	55,15	-	-	-	557	557	-	(48)	-	509
9ª outorga	22/02/2013	78,06	-	-	(43)	542	499	-	(45)	-	454
10ª outorga	19/02/2014	56,18	-	-	-	-	-	-	(48)	769	721
Outorga contratual	05/03/2014	55,88	-	-	-	-	-	-	-	1.250	1.250
			5.264	(3.072)	(257)	1.099	3.034	(1.501)	(156)	2.019	3.396

O preço de fechamento da ação da Companhia em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 76,47 (R\$ 61,00 em 31 de dezembro de 2013).

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Considerando o exercício das 2.942 mil opções *in the Money* (6º, 7º, 8º, 10º outorgas e outorga contratual), demonstramos a seguir os efeitos no valor patrimonial da ação e respectivo percentual de redução de participação societária dos atuais acionistas em 31 de dezembro de 2014:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Valor do Patrimônio Líquido	1.855.268	1.493.253
Quantidade de ações – mil	127.395	125.895
Valor patrimonial da ação – R\$	14,56	11,86
Valor do Patrimônio Líquido, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	2.015.906	1.578.102
Quantidade de ações, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	130.337	128.430
Valor patrimonial da ação, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	15,47	12,29
% de redução na participação societária dos atuais acionistas, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	2,26%	1,97%

28.2 Premissas para determinação do valor justo das opções de ações

O valor justo das opções outorgadas de compra de ações é calculado na data da respectiva outorga com base no modelo de *Black&Scholes*. Este modelo utiliza premissas como o valor de mercado da ação na data da outorga, o preço de exercício da opção, a volatilidade do preço das ações da Companhia, a taxa de juros livre de risco e o prazo de vigência do contrato. A despesa é registrada em uma base “*pro rata temporis*”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a despesa com plano de opções de compra de ações totalizou R\$ 24.953 (R\$ 13.139 em 31 de dezembro de 2013).

O quadro abaixo demonstra as premissas utilizadas no cálculo do valor justo das outorgas em andamento na posição de 31 de dezembro de 2014:

Plano de Opções	Data da Outorga	Dividend yield	Volatilidade preço da ação	Taxa de juros livre de risco	Prazo de vigência	Número de opções	Controladora e Consolidado	
							Valor justo na data da outorga (R\$) por ação	Preço de exercício (R\$) por ação
6º outorga A	18/01/2010	3,07%	33,65%	12,12%	6 anos	601	20,53	38,65
7º outorga	16/02/2011	3,65%	42,84%	11,80%	6 anos	638	29,87	51,42
8º outorga	06/02/2012	3,37%	29,38%	10,54%	6 anos	716	32,09	55,15
9º outorga	22/02/2013	2,77%	27,68%	9,05%	6 anos	542	30,20	78,06
10º outorga	19/02/2014	3,97%	35,70%	12,20%	6 anos	769	26,35	56,18
Outorga contratual	05/03/2014	3,72%	37,50%	11,89%	6 anos	1.250	29,91	55,88

29 Ônus, garantias e responsabilidades

A partir de setembro de 2008, a Companhia disponibilizou aos seus clientes “Financiamento - Conta Garantida”, para financiar as carteiras em atraso, saque e refinanciamento do “Meu Cartão”, e também, para financiar a carteira em atraso dos produtos da loja virtual, divisão beleza e da Camicado, sendo responsável pela liquidação dos débitos. Os valores destas transações estão registrados na conta de financiamentos – operações serviços financeiros do passivo circulante e totalizam em 31 de dezembro de 2014, R\$ 8.663 na Controladora e R\$ 112.848 no Consolidado (R\$ 5.635 e R\$ 58.887 em 31 de dezembro de 2013, respectivamente), vide nota explicativa nº 15.

A partir de agosto de 2005, a Companhia passou a oferecer aos seus clientes a condição de pagamento com encargos, através da intermediação junto a instituições financeiras (CDCI/Vendor), na qual a Companhia figura como fiadora e principal pagadora, sendo solidariamente responsável por todas as obrigações, principais e acessórias oriundas da operação. Em 31 de dezembro de 2014, o montante a vencer das operações de vendas financiadas garantidas pela Companhia totalizam R\$ 29.263 na Controladora e R\$ 37.153 no Consolidado (R\$ 328.345 e R\$ 329.295 em 31 de dezembro de 2013, respectivamente), vide nota explicativa nº 15.

A partir de Dezembro de 2010, a Companhia passou a disponibilizar aos clientes, através do Convênio para Concessão de Financiamentos – Vendor Eletrônico com o Itaú Unibanco, linha de crédito destinada ao financiamento dos clientes inadimplentes. A Companhia presta garantia ao Itaú Unibanco de referidas operações, assumindo como fiadora e principal pagadora das obrigações assumidas pelos clientes. Os financiamentos concedidos aos clientes nesta modalidade de crédito estão registrados na conta de financiamentos – operações serviços financeiros do passivo circulante e totalizam, em 31 de dezembro de 2014, R\$ 54.414 na Controladora e no Consolidado (R\$ 116.678 em 31 de dezembro de 2013), vide nota explicativa nº 15.

Em abril de 2006, a Companhia e a sua controlada RACC celebraram “Contrato de Convênio Para Concessão de Empréstimos Pessoais” aos clientes Renner junto ao Banco Safra S.A. e, a partir de março de 2010, junto ao Banco Alfa. Como parte da operação, a Lojas Renner S.A. assume junto ao Banco à condição de fiador e principal pagador das obrigações principais e

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

acessórias, contraídas e a serem contraídas pelos clientes Renner nos empréstimos pessoais concedidos com base no contrato. Em 31 de dezembro de 2014, o montante a vencer dos empréstimos pessoais garantidos totaliza R\$ 127.434 (R\$ 102.200 em 31 de dezembro de 2013) no Consolidado, conforme nota explicativa nº 15.

Em junho e agosto de 2014, a controlada Maxmix Comercial Ltda. captou empréstimo em moeda estrangeira junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. Grand Cayman Branch tendo como garantidora da operação a Lojas Renner S.A. A garantia foi concedida em nota promissória, em 31 de dezembro de 2014 totaliza R\$ 26.301, vide nota explicativa nº 13.1.

30 Receitas

A receita operacional líquida possui a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita Operacional Bruta	6.364.422	5.377.721	6.846.396	5.705.531
Vendas de Mercadorias	5.927.803	4.985.731	6.231.734	5.223.008
Produtos e Serviços Financeiros	436.619	391.990	614.662	482.523
(-) Deduções	(1.555.057)	(1.282.700)	(1.629.576)	(1.334.585)
Impostos sobre Vendas de Mercadorias	(1.537.733)	(1.269.354)	(1.589.123)	(1.309.199)
Impostos sobre Produtos e Serviços Financeiros	(17.324)	(13.346)	(40.453)	(25.386)
Receita Operacional Líquida	4.809.365	4.095.021	5.216.820	4.370.946

A Companhia não apresenta saldo de devoluções de vendas, pois de acordo com a sua política de devolução de produto, o cliente recebe no ato da devolução um bônus vale-troca do mesmo valor da mercadoria devolvida para posterior utilização em uma nova compra.

31 Outros resultados operacionais

Apresentamos a composição dos outros resultados operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Remuneração dos administradores	(11.858)	(7.503)	(11.858)	(7.503)
Despesas tributárias	(27.463)	(26.989)	(30.460)	(29.373)
Despesas com produtos/serviços financeiros	(72.859)	(74.425)	(145.417)	(123.398)
Resultado da baixa de ativos fixos	(604)	(99)	(1.739)	(518)
Depreciação e amortização	(201.030)	(159.543)	(212.732)	(167.437)
Plano de opções de compra de ações	(24.953)	(13.139)	(24.953)	(13.139)
Participação dos administradores	(11.657)	(5.599)	(11.657)	(5.599)
Outras receitas (despesas) operacionais	(6.405)	20.493	(3.960)	20.704
Recuperação de créditos fiscais	12.103	10.612	15.034	10.790
Participação empregados (a)	(61.666)	(33.810)	(62.902)	(34.034)
Outros resultados operacionais	(406.392)	(290.002)	(490.644)	(349.507)

(a) Refere-se à despesa com o Programa de Participação nos Resultados, estruturado em conformidade com a Lei 10.101/2000.

32 Resultado financeiro

As receitas financeiras reconhecidas no resultado financeiro são predominantemente derivadas do rendimento auferido nas aplicações financeiras classificadas como "equivalentes de caixa", as quais estão sujeitas a taxas usuais de mercado (nota explicativa nº 5) e, portanto se assemelham ao valor justo ou de mercado para os respectivos ativos. As despesas financeiras decorrem principalmente do custo das debêntures, empréstimos e financiamentos e arrendamento financeiro a taxas de mercado (nota explicativa nº 13 e 14) e por esta razão se assemelham ao valor justo para instrumentos de prazo e risco semelhantes.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentamos a seguir a composição do resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receitas financeiras	86.560	50.057	93.088	52.345
Rendimentos de equivalentes de caixa	55.704	31.232	57.156	32.551
Juros recebidos	83	160	100	179
Variação cambial ativa	25.398	11.369	26.933	12.212
Variação monetária ativa	469	243	631	244
Ganho com operações de hedge liquidadas	1.049	1.242	1.049	1.240
Ganho com operações de hedge competência	3.856	5.743	7.146	5.743
Outras receitas financeiras	1	68	73	176
Despesas financeiras	(177.917)	(115.516)	(186.963)	(120.069)
Juros das debêntures, empréstimos e financiamentos	(122.478)	(78.506)	(126.912)	(79.994)
Juros arrendamento financeiro	(4.558)	(3.435)	(4.558)	(3.435)
Juros passivos	(721)	(5.429)	(952)	(5.527)
Variação cambial passiva	(24.563)	(9.839)	(25.070)	(10.014)
Variação monetária passiva	(1.859)	(3.773)	(2.375)	(4.257)
Perda com operações de hedge liquidadas	-	(8.167)	-	(8.186)
Perda com operações de hedge competência	(3.148)	(2.005)	(3.433)	(2.005)
Juros e multa - Parcelamento Lei nº 13.043/14 (i)	(13.313)	-	(13.313)	-
Outras despesas financeiras	(7.277)	(4.362)	(10.350)	(6.651)
Resultado financeiro líquido	(91.357)	(65.459)	(93.875)	(67.724)

(i) Esse montante refere-se aos juros e multa do parcelamento liquidado no âmbito da Lei 13.043/14. Maiores detalhes vide notas explicativas nº 9.1 e nº 18.1 – “a.4”.

33 Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo Conselho de Administração (nota explicativa nº 3.1).

As informações por segmento da Companhia estão segregadas em:

- **Varejo:** comércio de artigos de vestuário (moda feminina, masculina e infantil), perfumaria, cosméticos, produtos de higiene, correlatos, relógios, bem como o segmento de casa & decoração;
- **Produtos financeiros:** serviços financeiros, com operações de intermediações de serviços financeiros com encargos, empréstimos pessoais, títulos de capitalização e corretagem de seguros.

Apresentamos abaixo os resultados por segmento de negócio:

Consolidado

	Varejo		Produtos Financeiros		Total	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita operacional líquida	4.642.611	3.913.809	574.209	457.137	5.216.820	4.370.946
Custos das vendas	(2.143.141)	(1.850.807)	(22.774)	(17.395)	(2.165.915)	(1.868.202)
Lucro bruto	2.499.470	2.063.002	551.435	439.742	3.050.905	2.502.744
Vendas	(1.171.753)	(1.030.055)	-	-	(1.171.753)	(1.030.055)
Gerais e administrativas	(397.998)	(330.255)	-	-	(397.998)	(330.255)
Perdas em crédito, líquidas	-	-	(188.460)	(142.489)	(188.460)	(142.489)
Outros resultados operacionais	(94.146)	(39.416)	(145.417)	(123.398)	(239.563)	(162.814)
Resultado gerado pelos segmentos	835.573	663.276	217.558	173.855	1.053.131	837.131
Informações Suplementares						
Depreciação e Amortização	(212.375)	(167.290)	(357)	(147)	(212.732)	(167.437)

O resultado do segmento apresentado na tabela acima, não deduz as despesas com depreciações e amortizações, com o plano de opções de compra de ações, com a participação de administradores e com a baixa de ativos fixos. A exclusão destas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

despesas no cálculo do resultado dos segmentos está em linha com a forma como a administração avalia o desempenho de cada negócio e sua contribuição na geração de caixa da Companhia.

A Companhia não aloca o resultado financeiro por segmento, entendendo que a sua formação está mais relacionada às decisões corporativas de estrutura de capital, do que propriamente a natureza do resultado de cada segmento de negócio.

O somatório dos ativos totais dos segmentos de varejo e produtos financeiros é de R\$ 5.321.540 (R\$ 4.515.524 em 31 de dezembro de 2013), e dos passivos totais é de R\$ 3.466.272 (R\$ 3.022.271 em 31 de dezembro de 2013).

34 Contratos de locação de imóveis de unidades em operação

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía 343 contratos de locação para suas unidades comerciais, de logística e administrativa, sendo 257 contratos referentes à operação da Controladora, 62 contratos referentes à operação da Camicado e 24 contratos referentes à operação da Youcom (em 31 de dezembro de 2013 possuía 303 contratos, sendo 233 à operação da Controladora, 54 referentes à operação da Camicado e 16 contratos referentes à operação da Youcom). A Companhia analisou referidos contratos e concluiu, à exceção do contrato de sua sede administrativa (nota explicativa nº 14) que todos os demais se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os contratos de locação das unidades comerciais (lojas), em sua maioria, preveem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas e/ou um valor mínimo, sendo a obrigação mensal da Companhia pagar o maior valor entre ambos. Os valores mínimos dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação.

Os contratos de aluguel das áreas de logística e administrativa possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

Os contratos de aluguel são avaliados e reconhecidos na despesa com base na maturação das lojas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no contexto da Controladora, que inclui a operação de aluguel com a Dromegon descrita na nota explicativa nº 25.3, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$ 217.452 (R\$ 188.560 em 31 de dezembro de 2013). O saldo da conta de aluguéis a pagar em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 37.024 (R\$ 31.349 em 31 de dezembro de 2013).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no contexto Consolidado, eliminado a operação de aluguel com a Dromegon descrita na nota explicativa nº 25.3, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$ 231.214 (R\$ 195.893 em 31 de dezembro de 2013). O saldo da conta de aluguéis a pagar em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 41.266 (R\$ 34.672 em 31 de dezembro de 2013).

Os compromissos futuros, oriundos destes contratos, a valores de 31 de dezembro de 2014 totalizam um montante mínimo de R\$ 1.317.478, assim distribuídos:

	Total	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante
Aluguéis	1.317.478	200.894	195.389	178.939	164.999	146.504	430.753

35 Despesas por natureza

As demonstrações do resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos gastos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Custos das vendas de mercadorias, produtos e serviços financeiros	(2.030.148)	(1.755.754)	(2.165.915)	(1.868.202)
Pessoal	(605.790)	(522.005)	(647.800)	(553.400)
Ocupação	(304.793)	(264.105)	(337.877)	(284.183)
Depreciação e amortização	(201.030)	(159.543)	(212.732)	(167.437)
Serviços de terceiros	(142.419)	(120.514)	(152.813)	(128.464)
Utilidades e serviços	(87.646)	(73.797)	(93.420)	(78.395)
Promoções	(132.039)	(128.367)	(140.126)	(134.626)
Perdas em crédito, líquidas	(141.391)	(118.634)	(188.460)	(142.489)
Produtos e serviços financeiros	(72.859)	(74.425)	(145.417)	(123.398)
Outras despesas	(311.206)	(220.882)	(330.210)	(239.914)
Classificadas como:				
Custos das vendas de mercadorias, produtos e serviços financeiros	(2.030.148)	(1.755.754)	(2.165.915)	(1.868.202)
Despesas com vendas	(1.081.428)	(965.706)	(1.171.753)	(1.030.055)
Despesas gerais e administrativas	(369.962)	(307.930)	(397.998)	(330.255)
Perdas em crédito, líquidas	(141.391)	(118.634)	(188.460)	(142.489)
Outros resultados operacionais	(406.392)	(290.002)	(490.644)	(349.507)

36 Destinações do lucro

A Administração da Companhia propôs, em reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de janeiro de 2015, a distribuição de 40% do lucro líquido gerado no exercício de 2014, complementando, a título de dividendos, montante já deliberado na forma de juros sobre capital próprio ao longo do exercício. A distribuição dos dividendos será submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se até o mês de abril de 2015. A soma dos juros sobre capital próprio acrescido dos dividendos, totalizando 40% do lucro líquido gerado no exercício, atende ao disposto nos artigos 201 e 202 da Lei 6.404/76 e art. 36 do estatuto social da Companhia.

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e da proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, está sendo constituída uma reserva de lucros para investimento e expansão no montante de R\$ 259.281, conforme previsto no art. 34, item (c) do estatuto social da Companhia, destinada a cobrir parte dos investimentos do plano de expansão, previstos para o exercício social de 2014. Conforme o art. 199 da Lei 6404/76, o saldo desta reserva, acrescido das demais reservas de lucro, não poderá ultrapassar o capital social da Companhia.

Na data base destas demonstrações financeiras, as reservas de lucro superam o valor do capital social em R\$ 21.286, portanto, a Assembleia Geral que deliberará sobre estas demonstrações financeiras deverá também deliberar sobre a proposta da Administração para aumento de capital com a incorporação de parte destas reservas, até o montante que atenda referido dispositivo legal.

Juros sobre o capital próprio e dividendos

Os juros sobre capital próprio e dividendos foram calculados como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Lucro líquido do exercício	471.420	407.404
Constituição reserva legal	(23.571)	(20.370)
Lucro líquido ajustado	447.849	387.034
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	111.962	96.758
Dividendo adicional proposto	4.545	8.306
Juros sobre o capital próprio	72.061	57.897
Total dos juros sobre o capital próprio e dividendos	188.568	162.962
% distribuído sobre o lucro líquido	40%	40%

Apresentamos a seguir, demonstrativo da distribuição dos juros de capital próprio e dividendos em 2014 e 2013 (Controladora e Consolidado):

	Controladora e Consolidado					
	2014			2013		
	R\$ / Ação	Ações em circulação	R\$	R\$ / Ação	Ações em circulação	R\$
Juros sobre o capital próprio						
1º trimestre (aprovado em 18/03/2014)	0,1379	125.896	17.361	0,1112	124.191	13.810
2º trimestre (aprovado em 17/06/2014)	0,1412	126.027	17.795	0,1143	124.969	14.284
3º trimestre (aprovado em 17/09/2014)	0,1448	126.153	18.267	0,1181	124.979	14.760
4º trimestre (aprovado em 17/12/2014)	0,1463	127.395	18.638	0,1195	125.895	15.043
Total	0,5702	127.395	72.061	0,4631	125.895	57.897
Dividendos						
4º trimestre (i)	0,91574	127.395	116.660	0,83629	125.895	105.285
Total	0,91574	127.395	116.660	0,83629	125.895	105.285
Total dos juros sobre o capital próprio e dividendos	1,48594	127.395	188.721	1,29938	125.895	163.182

- (i) A distribuição desses dividendos será submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se até o mês de abril de 2015. Em adição à parcela de 40% do lucro líquido (R\$ 188.568), estão sendo destinados também R\$ 153 referentes a redistribuição de dividendos prescritos, ajustados à conta de lucros acumulados.

Os juros sobre o capital próprio, originalmente, são registrados nos livros contábeis e fiscais como despesa financeira, por ocasião da apropriação dos valores a pagar aos acionistas. Entretanto, para fins de preparação dessas demonstrações financeiras, utiliza-se a essência da transação e, portanto, são considerados como dividendos pagos e não transitam pelo resultado. Consequentemente, nessas demonstrações, os lançamentos mencionados anteriormente são reclassificados, ou seja, os juros sobre o capital pagos ou a pagar são registrados a débito de lucros acumulados. O valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro e os benefícios tributários oriundos dessa dedução foram de, aproximadamente R\$ 24.501 em 31 de dezembro de 2014, conforme nota explicativa nº 9.3.